



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

IARA MARISA DE FRANÇA FERREIRA

**POLÍTICA, PODER LOCAL E IMAGEM PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
PÚBLICA DA MULHER NO PROCESSO DE DISPUTAS E OCUPAÇÃO DE
CARGOS POLÍTICOS EM UM MUNICÍPIO SITUADO NO INTERIOR DA PARAÍBA.**

SUMÉ – PB

2025

IARA MARISA DE FRANÇA FERREIRA

**POLÍTICA, PODER LOCAL E IMAGEM PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
PÚBLICA DA MULHER NO PROCESSO DE DISPUTAS E OCUPAÇÃO DE
CARGOS POLÍTICOS EM UM MUNICÍPIO SITUADO NO INTERIOR DA PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Ciências Sociais.**

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro

SUMÉ-PB

2025



F383p Ferreira, Iara Marisa de França.

Política, poderlocal e imagem pública: a construção da imagem pública da mulher no processo de disputas e ocupação de cargos políticos em um município situado no interior da Paraíba. / Iara Marisa de França Ferreira. - 2025.

79 f.

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.
Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Mulheres na política. 2. Protagonismo feminino - política. 3. Gênero. 4. Imagem pública - mulheres. 5. Poder local. 6. Representação feminina - política. 7. Mídia e imagem pública - mulheres políticas. 8. Congo-PB - primeira mulher prefeita. I. Monteiro, José Marciano. II Título.

CDU: 32-055.2(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

IARA MARISA DE FRANÇA FERREIRA

POLÍTICA, PODER LOCAL E IMAGEM PÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA MULHER NO PROCESSO DE DISPUTAS E OCUPAÇÃO DE CARGOS POLÍTICOS EM UM MUNICÍPIO SITUADO NO INTERIOR DA PARAÍBA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

**Professora Dr. José Marciano Monteiro.
Orientador – UACIS/CDSA/UFCG**

**Professora Mestra Carla Mailde Feitosa Santa Cruz.
Examinadora exeterna - UATEC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador Interno – UACIS/CDSA/UFCG**

**Professora Dr. José Raulino Chaves Pessoa Junior
Examinador Interno – UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em 15 de maio de 2025

SUMÉ-PB

Dedico este trabalho ao meu filho amado,
Luiz Henrique (*in memoriam*), você foi
minha Luz, meu Norte, meu impulso para
continuar. Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Maria Santíssima, que sabem melhor do que ninguém o quanto batalhei para chegar até aqui. Em meio a tantas dificuldades, foram eles que me sustentaram, me deram forças quando pensei em desistir e iluminaram meu caminho para que eu pudesse seguir em frente.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Ivonildo, minha gratidão eterna. Vocês sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu duvidava do meu próprio potencial. Seu amor, apoio e palavras de incentivo foram fundamentais para que essa conquista se tornasse realidade.

Aos meus irmãos, Lucas e Ione, e à minha melhor amiga Eduarda, meu agradecimento mais profundo. Nos dias em que a insegurança me fez duvidar de mim mesma, foram vocês que me estenderam a mão e me lembraram da minha força. Suas palavras, seu carinho e sua presença foram um refúgio nos momentos mais difíceis. Sem vocês, essa caminhada teria sido muito mais solitária e pesada. Obrigada por acreditarem em mim até quando eu não conseguia

A todas as amigadas que tornaram essa jornada mais leve, meu sincero obrigado por cada palavra de apoio, cada partilha e cada risada. Em especial, deixo meu agradecimento ao amigo Mesias, cuja presença firme e generosa foi um apoio constante na minha trajetória acadêmica e um verdadeiro incentivo nos momentos em que precisei de direção.

Aos professores e professoras que me acompanharam nessa caminhada, deixo minha gratidão por compartilharem conhecimento com tanta dedicação. E, de modo especial, ao professor Marciano, meu orientador, agradeço profundamente por acreditar na minha capacidade, por me guiar com paciência nesta jornada.

Por fim, agradeço também a todos aqueles que, de forma indireta, fizeram parte dessa trajetória. Cada gesto, palavra ou simples presença, mesmo que silenciosa, contribuiu para que eu chegasse até aqui. Muitas vezes, é no detalhe do cotidiano, no olhar gentil ou na escuta atenta que encontramos força para continuar. A todos vocês, meu sincero e afetuoso agradecimento

*“Quando uma mulher entra na política,
muda a mulher. Quando muitas entram,
muda a política.”*

MICHELLE BACHELET

RESUMO

Este trabalho investiga a construção da imagem pública da mulher no processo de disputas e ocupação de cargos políticos em um município do interior da Paraíba. A pesquisa parte da constatação da sub-representação feminina nos espaços de poder e analisa como fatores históricos, socioculturais e simbólicos contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero na política local. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas, observações e análise documental, o estudo evidencia que a inserção política das mulheres ainda está condicionada a relações familiares, à reprodução de estereótipos de gênero e à vigilância moral que regula a atuação pública feminina. A imagem da mulher política é construída em meio a tensões entre os papéis tradicionais atribuídos à mulher e as exigências do espaço político, revelando estratégias de legitimação que transitam entre a reafirmação de atributos femininos e a adoção de práticas associadas à política masculina. A análise evidencia que, embora haja avanços no reconhecimento da mulher como sujeito político, ainda persiste um imaginário social que limita sua autonomia e impõe obstáculos à sua atuação. Apesar desses limites, a presença feminina no poder local também produz deslocamentos sutis na lógica dominante, abrindo brechas para reconfigurações simbólicas e institucionais.

Palavras-chave: Gênero; Imagem pública; Política local; Representação feminina; Poder.

ABSTRACT

This study investigates the construction of the public image of women in the context of political disputes and the occupation of elected positions in a municipality in the interior of Paraíba, Brazil. The research starts from the observation of the underrepresentation of women in positions of power and analyzes how historical, sociocultural, and symbolic factors contribute to the persistence of gender inequality in local politics. Using a qualitative approach based on interviews, observations, and document analysis, the study reveals that women's political participation is still largely conditioned by family ties, the reproduction of gender stereotypes, and the moral surveillance that regulates women's public performance. The public image of female politicians is constructed amid tensions between traditional gender roles and the demands of political life, revealing legitimization strategies that navigate between the reaffirmation of feminine attributes and the adoption of practices associated with masculine political behavior. The analysis shows that, although there has been progress in recognizing women as political subjects, a prevailing social imaginary still limits their autonomy and imposes barriers to their performance. Despite these constraints, female presence in local power also produces subtle shifts in the dominant logic, opening cracks for symbolic and institutional reconfigurations.

Key words: Gender; Public image; Local politics; Female representation; Power

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cerimônia de renúncia de Romualdo Antônio e posse de Flavia Emanoela como prefeita interina em abril de 2022	49
Figura 2 - Prefeita do Congo em discurso de posse	51
Figura 3 - Flavia Emanoela em visita a uma obra no distrito do Carmo	59
Figura 4 - Inauguração da clínica veterinária popular.	60
Figura 5 - Encerramento do curso de costura realizado pela secretaria de assistência social.	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO	13
1.2.1 Critério de seleção dos entrevistados	15
1.2.2 As entrevistas	16
1.2.3 Análise dos conteúdos digitais e midiáticos	18
1.2.4 Transcrição das entrevistas	18
1.2.5 Categoria analítica.....	19
2 POLÍTICA, PODER LOCAL E ESPAÇO PÚBLICO	21
2.1 Em que consiste a política? qual a relação entre gênero e política?	21
2.2 Em que consiste o poder local e como as mulheres têm atuado no âmbito do município?	24
2.3 Entre o espaço da casa e o espaço da praça a mulher em seu papel público e os principais desafios	30
3 GÊNERO, MÍDIA E PRODUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA.....	34
3.1 Notícias e boatos nos blogs	34
3.2 Redes sociais e circulação de imagens	37
3.3 Entre ser mãe e ser mulher pública.....	40
4 TRAJETÓRIA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA PRIMEIRA PREFEITA ELEITA DO CONGO.....	43
4.1 Trajetória e performance feminina na política	43
4.2 O desafio de ser mulher no espaço público	52
4.3 A construção da imagem pública	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERRÊNCIAS	67
ANEXOS	74
ANEXOS 1	74
ANEXOS 2	74
ANEXOS 3	75
ANEXOS 4	76

1 INTRODUÇÃO

A democracia brasileira, fundamentada na Constituição Federal de 1988, consagra a igualdade de direitos como um dos pilares essenciais. O artigo 5º da Constituição afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, estabelecendo o arcabouço jurídico que deveria assegurar a plena participação de mulheres e homens no processo político. Todavia, esse princípio de equidade não se manifesta na realidade do país. Apesar de constituírem a maioria da população, as mulheres continuam a ser o elo mais frágil no que diz respeito à participação ativa na política. Segundo Matos (2010), a presença feminina nos espaços de poder político permanece reduzida, o que evidencia um déficit de representação que compromete a própria qualidade da democracia..

O cenário de desigualdade que se estabelece entre a distância dos direitos constitucionais e a realidade política brasileira pode ser compreendido a partir de aspectos históricos e socioculturais que ainda moldam a percepção social sobre o papel das mulheres. Como observa Silva (2016), ao analisarmos a trajetória da sociedade brasileira e os discursos que tratam da inserção feminina no espaço público, em especial na política, é imprescindível considerar os elementos simbólicos que compõem o imaginário coletivo acerca da figura feminina.

Compreender a persistente sub-representação das mulheres na política implica reconhecer que essa condição não se explica apenas por decisões individuais, mas que está intrinsecamente vinculada a um processo de socialização que, desde os primeiros contatos sociais e educacionais, constrói e reproduz papéis de gênero. Corroborando com esse argumento, Matos (2010) aponta que, as barreiras à participação política das mulheres não são apenas formais ou legais, mas, sim, barreiras enraizadas em práticas sociais e culturais que associam o exercício do poder à masculinidade.

Apesar dos avanços normativos em relação à equidade de gênero, a estrutura simbólica que organiza a sociedade brasileira ainda sustenta uma hierarquia entre os sexos, fundamentada em estereótipos que associam a mulher à esfera privada. Essa construção coletiva, como aponta Silva (2016), foi sedimentada por séculos de patriarcalismo que garantiram aos homens o monopólio dos espaços, do poder e das decisões. Na política, esse imaginário se traduz na resistência à presença feminina.

Tais representações não apenas limitam o ingresso das mulheres na arena pública, mas, também, moldam as formas pelas quais elas são percebidas e julgadas quando nela atuam. É dentro dessa lógica que a diferença de gênero se torna um marcador de desigualdade, revelando que o entrave à participação política feminina não se resume à ausência de oportunidades, mas à persistência de uma cultura que não valida sua atuação. Matos (2010) ressalta que, a mudança desse cenário requer não apenas políticas afirmativas, mas uma transformação profunda na cultura política e nos padrões de socialização que moldam os papéis de gênero.

No contexto do Cariri paraibano, o município do Congo representa um exemplo emblemático das tensões relacionadas à presença feminina no poder local. Com uma população estimada em 4.933 habitantes (IBGE, 2023), o município rompeu, em 1º de abril de 2022, mais de seis décadas de hegemonia masculina no poder executivo ao ser, pela primeira vez comandado por uma mulher: Flavia Emanoela Sousa Pereira Quirino. Essa transição histórica, embora celebrada por alguns setores da sociedade local, também expôs resistências culturais enraizadas que questionam a legitimidade da liderança feminina. Como observado por Almeida (2022), o ingresso de mulheres em cargos políticos, em contextos interioranos, é marcado por discursos que reproduzem estereótipos de gênero, colocando em dúvida a capacidade das mulheres de governar.

Esse cenário, no entanto, vem sendo progressivamente tensionado por mudanças mais amplas no quadro político estadual. Nas Eleições Municipais de 2024, o número de prefeitas eleitas na Paraíba cresceu 45,9% em relação a 2020, passando de 37 para 54 mulheres eleitas ao cargo de chefe do executivo municipal. No mesmo pleito, 452 vereadoras foram eleitas em todo o estado, um aumento de 25% em comparação com as 360 eleitas quatro anos antes. Ainda de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram registradas na Paraíba 110 candidaturas a prefeita, 136 a vice-prefeita e 3.132 ao cargo de vereadora, representando 33,48% do total de candidaturas números que demonstram um crescimento relevante, mas que também evidenciam o quanto a equidade de gênero ainda está em processo de consolidação (Cabral, 2024).

Diante desse cenário, a realização deste estudo justifica-se pela relevância do debate em torno da representatividade feminina na política brasileira, especialmente em espaços marcados pela exclusão de gênero, como os municípios do interior nordestino. Embora pesquisas anteriores, como as de Gouveia (2014), Silva (2018) e

Aleixo (2021), já tenham explorado aspectos da participação política das mulheres no Cariri paraibano, ainda são escassos os trabalhos que analisam, de forma concreta, os processos de construção da imagem pública de lideranças femininas em contextos locais específicos. No município do Congo, a posse de Flavia Emanoela Sousa Pereira Quirino para o cargo de chefe do executivo local suscitou reações adversas que demonstram a permanência de resistências simbólicas à presença de mulheres no poder.

Em espaços públicos como praças, bares e rodas de conversa, foram frequentes os questionamentos acerca de sua capacidade de governar, mesmo possuindo experiência prévia como vice-prefeita e histórico de atuação nos bastidores políticos, críticas que raramente foram direcionadas a seus antecessores do sexo masculino. A observação desse fenômeno motivou a presente pesquisa, que busca compreender como a imagem pública da prefeita foi socialmente moldada em um contexto político hegemonicamente masculino, investigando os mecanismos simbólicos e discursivos que atravessam a presença feminina no executivo municipal, bem como as estratégias empregadas para a legitimação de sua liderança.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo geral analisar a construção da imagem pública da mulher no processo de disputa e ocupação de cargos políticos no município do Congo, a partir da trajetória da primeira prefeita eleita, considerando os marcadores de gênero, as relações de poder local e o papel da mídia. Para isso, propõem-se os seguintes objetivos específicos: (1) compreender como as relações de gênero influenciam o acesso e a permanência de mulheres na política local; (2) investigar de que forma os meios de comunicação locais participam na construção da imagem pública da prefeita; e (3) identificar os principais desafios enfrentados por mulheres que ocupam cargos públicos no interior do Nordeste, a partir da experiência da prefeita Flavia Emanoela.

Compreender os caminhos trilhados pelas mulheres na política exige uma análise que vá além dos dados quantitativos sobre representação. É preciso mergulhar nos contextos sociais, simbólicos e midiáticos que moldam a imagem pública feminina e influenciam sua trajetória nos espaços de poder.

Neste sentido, este trabalho se estrutura em quatro seções principais que, de forma articulada, buscam oferecer uma leitura crítica sobre as dinâmicas de gênero na política local. A primeira seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, detalhando os procedimentos adotados e justificando as escolhas teórico-práticas. A

segunda seção discute a interseção entre gênero, política e poder, com ênfase na sub-representação feminina e nas barreiras estruturais que dificultam a ocupação de cargos políticos por mulheres. A terceira seção analisa a relação entre gênero, mídia e a construção da imagem pública, observando como os discursos circulantes impactam a percepção social sobre as candidaturas femininas. Já a quarta seção se dedica à análise empírica, com foco na trajetória política de Flavia Emanoela no município do Congo, na Paraíba. A partir de sua experiência, discutem-se os desafios enfrentados por mulheres no exercício do poder político em contextos interioranos, articulando os dados coletados com os debates teóricos sobre poder, gênero e imagem pública.

Diante desse panorama, este trabalho propõe uma análise que entrelaça teoria e realidade, buscando compreender como a construção da imagem pública de uma mulher no poder se dá em um contexto marcado por tradições políticas patriarcais e por disputas simbólicas em torno do lugar da mulher na esfera pública. Ao refletir sobre a experiência da prefeita Flavia Emanoela, pretende-se não apenas lançar luz sobre os desafios enfrentados pelas mulheres na política local, mas também contribuir para o debate mais amplo sobre a democratização da representação e a superação das barreiras de gênero que ainda persistem nas estruturas políticas brasileiras. Assim, o estudo se apresenta como uma tentativa de compreender os caminhos possíveis para que a presença feminina no poder não seja exceção, mas parte de um processo contínuo de transformação social.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o caminho percorrido para a realização desta pesquisa, descrevendo as escolhas metodológicas que orientaram a construção do objeto de estudo, os critérios de seleção dos sujeitos entrevistados, os procedimentos de coleta e análise dos dados. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que busca compreender como se deu a construção da imagem pública da primeira prefeita eleita do município do Congo (PB), considerando os aspectos simbólicos, políticos e de gênero envolvidos nesse processo.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de captar a complexidade do fenômeno investigado, considerando as múltiplas dimensões que

envolvem a construção da imagem pública de uma mulher em posição de poder político. Conforme afirma Goldenberg (2011. p. 34)

o pesquisador qualitativo é, antes de tudo, um intérprete: ele tenta compreender o mundo social por meio das significações que os atores sociais atribuem às suas ações, às relações que estabelecem com os outros e com o meio que os cerca. [...] A abordagem qualitativa enfatiza a profundidade em detrimento da amplitude e a compreensão em detrimento da explicação,

Sendo assim, essa perspectiva metodológica permite explorar de forma analítica, os sentidos atribuídos pelas entrevistadas e pelos demais sujeitos à atuação da prefeita no espaço político local.

A pesquisa qualitativa neste sentido, privilegia a escuta sensível, a observação atenta e a reconstrução das experiências vividas pelos sujeitos envolvidos no campo investigado. Goldenberg (2011. p. 35) destaca que esse tipo de pesquisa “privilegia a análise intensiva de poucos casos, tentando captar a complexidade das práticas e representações sociais”. Essa ênfase na compreensão profunda é fundamental quando se objetiva refletir sobre os significados simbólicos atribuídos à presença feminina em espaços tradicionalmente masculinos, como a política, evidenciando os desafios, as estratégias e os discursos mobilizados nesse processo de construção da imagem pública.

Nesse contexto, optou-se também pela utilização do estudo de caso como estratégia metodológica, uma vez que ele possibilita uma análise minuciosa de uma unidade específica, inserida em seu contexto sociopolítico e cultural. De acordo com Goldenberg (2011. p. 55):

o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos

Assim, ao focalizar o município do Congo (PB) e sua experiência singular com a eleição da primeira mulher ao cargo de prefeita, busca-se compreender os fatores que contribuíram para essa trajetória e os sentidos construídos em torno dela.

Por fim, é importante destacar que o estudo de caso, aliado à abordagem qualitativa, permite uma interpretação profunda das práticas sociais e dos significados vividos pelos atores sociais. Segundo Goldenberg (2011), esse tipo de investigação é apropriado “quando o pesquisador deseja compreender, de forma detalhada, os

significados e práticas sociais vividas por indivíduos ou grupos em contextos específicos” (Goldenberg, 2011. p. 56). Desse modo, a escolha por esse recorte metodológico se mostra coerente com os objetivos da pesquisa, na medida em que possibilita apreender os elementos simbólicos, discursivos e relacionais que perpassam a construção da imagem pública da prefeita, revelando as articulações entre gênero, poder e representação política no âmbito local.

1.2.1 O critério de seleção das(os) entrevistadas(os)

A seleção dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa foi orientada pela necessidade de se compreender, de maneira abrangente, a construção da imagem pública da prefeita Flavia Emmanoela e as dinâmicas de poder associadas à sua trajetória política. Foram escolhidos quatro indivíduos com fortes vínculos com sua trajetória, de modo a proporcionar uma análise detalhada e multifacetada sobre a liderança feminina na política local. O marido de Flavia Emmanoela, Romualdo Antônio Quirino de Sousa, ex-prefeito do município, foi incluído por sua importância na formação da carreira política da esposa. Sua escolha se justifica pela relevância do papel decisivo que desempenhou no apoio à candidatura de Flavia Emmanoela, em um contexto no qual as relações familiares dão suporte às carreiras políticas das mulheres, como discutido por Avelar (2010), que sublinha a importância do apoio conjugal para o sucesso político feminino.

Nesse sentido, o pai da prefeita, Manoel Marcolino de Sousa, ex-vereador do município, foi selecionado devido à sua longa experiência no campo político e à sua influência nas redes de apoio que são fundamentais para a construção de uma imagem pública sólida. Sua participação permite entender o papel das gerações anteriores na promoção de candidaturas femininas, além de fornecer uma visão sobre o legado político que influencia as estratégias eleitorais de mulheres como Flavia Emmanoela. O conceito de legado político, abordado por Araújo (2011), destaca como a transição de poder entre gerações, especialmente em famílias de longa tradição política, pode ser decisiva para a ascensão de mulheres no cenário político.

A própria gestora, Flavia Emmanoela Sousa Pereira Quirino, foi incluída como entrevistada principal, pois sua perspectiva oferece acesso direto à vivência de uma mulher eleita para o cargo de prefeita em um ambiente politicamente dominado por

homens. Sua inclusão é fundamental para a compreensão das estratégias utilizadas por mulheres em cargos executivos, bem como para a análise dos desafios específicos enfrentados devido ao seu gênero.

A escolha do vereador, cuja identidade foi mantida em anonimato, foi determinada pela necessidade de se obter uma visão crítica sobre a gestão de Flavia Emanoela, sem a interferência direta dos familiares ou da própria prefeita. O anonimato do entrevistado garante uma postura de imparcialidade, fornecendo uma perspectiva externa sobre a administração municipal e a imagem pública da prefeita. A inclusão deste sujeito na pesquisa é relevante para compreender como sua gestão é percebida no contexto local, especialmente no que se refere à política de gênero, e como essa percepção contribui para a construção e a manutenção de sua imagem política.

A seleção dos sujeitos entrevistados esteve diretamente alinhada aos objetivos centrais desta pesquisa, que visou compreender os processos simbólicos e políticos que envolvem a construção da imagem pública da primeira prefeita eleita do município do Congo. Nesse sentido, a escolha do esposo da prefeita, de seu pai, de um vereador atuante e da própria gestora buscou captar diferentes perspectivas a partir de suas posições estratégicas e relacionamentos diretos com o objeto empírico. Essa definição encontra respaldo na literatura metodológica, que destaca a importância da escolha intencional dos sujeitos como parte da amostragem qualitativa, especialmente quando se busca aprofundar dimensões subjetivas e contextuais do fenômeno investigado.

Além disso, cada entrevistado contribui de maneira singular para as dimensões analíticas da pesquisa. A prefeita oferece o relato em primeira pessoa de sua trajetória política e das estratégias adotadas na construção de sua imagem pública. Romualdo Antônio, seu esposo, ex-prefeito e figura influente no cenário local, fornece elementos para a compreensão da mediação entre capital político e dinâmicas de gênero. O pai da gestora insere no debate a dimensão da herança política e da transição geracional, enquanto o vereador, ainda que sob anonimato, permite observar percepções institucionais sobre liderança feminina e gênero dentro do legislativo municipal. A composição desse conjunto de vozes permite, portanto, uma análise mais ampla e plural das forças simbólicas e sociais em disputa, contribuindo, assim, para uma compreensão mais densa e contextualizada do objeto de estudo.

1.2.2 As entrevistas

A entrevista foi escolhida como técnica fundamental para a obtenção dos dados desta pesquisa, por possibilitar uma aproximação mais direta com os sujeitos envolvidos na realidade política investigada. A partir disso, a realização de entrevistas nos pareceu uma opção metodológica válida, pois, de acordo com Antônio Carlos Gil (1989):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (Gil, 1989, p. 113).

Optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas, com base em roteiros temáticos previamente elaborados, mas que permitissem flexibilidade nas respostas, abrindo espaço para a expressão livre dos entrevistados. Segundo Boni e Quaresma (2005), esse tipo de entrevista possibilita ao informante discorrer com maior liberdade sobre o tema em questão, ao mesmo tempo em que garante ao pesquisador a condução do diálogo dentro dos objetivos da pesquisa:

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (Boni; Quaresma, 2005, p. 75).

Todas as entrevistas foram previamente autorizadas pelos participantes e gravadas em áudio com o consentimento dos mesmos, garantindo a fidelidade das informações coletadas e o respeito aos princípios éticos da pesquisa. Os entrevistados foram informados sobre os objetivos do estudo e a confidencialidade no tratamento dos dados, conforme os preceitos da pesquisa qualitativa.

As entrevistas com Romualdo Antônio e Flavia Emanoela foram realizadas em suas respectivas residências, em datas distintas, respeitando a disponibilidade de cada um. A entrevista com o pai da prefeita, senhor Manoel, também ocorreu em sua residência, a entrevista com o vereador foi realizada na casa da própria investigadora. Vale destacar que as entrevistas com Romualdo Antônio, Manoel e com o vereador foram conduzidas durante o processo eleitoral de 2024. Já a entrevista com Flavia Emanoela ocorreu após sua vitória nas urnas, uma vez que, durante o período de campanha, sua agenda política e de compromissos estava intensamente sobrecarregada, o que inviabilizou sua participação anteriormente.

1.2.3 Análise de conteúdos digitais e midiáticos

A pesquisa utilizou como fonte de análise postagens das redes sociais da prefeita Flavia Emanoela, da Prefeitura Municipal do Congo e de Romualdo Antônio, ex-prefeito do município, além de notícias publicadas em blogs locais. Esses materiais foram selecionados por sua relevância na produção e circulação de discursos sobre os sujeitos políticos investigados, especialmente no contexto de municípios do interior, onde os meios digitais têm se consolidado como importantes espaços de visibilidade pública.

A escolha por essas fontes se justifica pelo papel central que os meios de comunicação informal e as redes sociais desempenham na construção da imagem pública de lideranças políticas. Conforme aponta Thompson (2000), a exposição mediada transforma as relações de poder, tornando a visibilidade um dos principais recursos simbólicos da política contemporânea. Nas redes sociais, em particular, as figuras públicas têm maior controle sobre os conteúdos divulgados, o que contribui para a construção estratégica de suas identidades políticas (Castells, 2009).

Nesse sentido, as postagens e os registros analisados permitiram observar como as lideranças políticas locais se posicionam publicamente, como mobilizam apoios e lidam com críticas, e de que maneira essas práticas comunicacionais reforçam ou tensionam os papéis de gênero no espaço público. Esses dados, ainda que não institucionais, possuem forte potencial analítico por expressarem narrativas, disputas simbólicas e formas de legitimação política no âmbito local.

1.2.4 Transcrições das entrevistas

As entrevistas realizadas no campo foram transcritas manualmente, com o objetivo de preservar a integralidade e autenticidade das falas. Esse processo exigiu atenção à oralidade dos participantes, buscando manter as expressões e construções originais, respeitando o contexto das falas. Apenas ajustes mínimos foram realizados para facilitar a leitura, sem comprometer o conteúdo nem o sentido das declarações.

As transcrições constituem uma etapa fundamental da pesquisa qualitativa, pois é a partir delas que se torna possível mergulhar no material empírico e realizar uma leitura interpretativa dos dados. De acordo com Minayo (2001), a transcrição não é uma atividade meramente técnica, mas sim parte integrante do processo analítico, uma vez que permite ao(a) pesquisador(a) retomar as entrevistas com um olhar mais atento e reflexivo.

Para garantir rigor metodológico, cada transcrição foi revisada e relida várias vezes, sendo organizada conforme o(a) entrevistado(a), com identificação codificada para preservar o anonimato quando necessário, conforme orientações éticas de pesquisas com seres humanos. Essa sistematização facilitou a posterior categorização do material com base nos eixos temáticos definidos previamente. Segundo Bauer e Gaskell (2002), a transcrição é um momento em que o dado oral passa a existir na forma textual, tornando-se passível de análise sistemática. Por isso, todo o processo foi conduzido com cuidado, de modo a garantir fidelidade às narrativas e permitir uma posterior análise que dialogasse tanto com o contexto social das falas quanto com os objetivos teóricos da pesquisa.

1.2.5 Categorias de análise

A análise foi guiada por eixos temáticos definidos a partir dos objetivos da pesquisa e do diálogo com o referencial teórico. Esses eixos orientaram a leitura e interpretação do material empírico, permitindo a identificação de recorrências, contrastes e sentidos atribuídos pelos sujeitos entrevistados.

A partir desses eixos, foram construídas categorias analíticas que possibilitaram uma abordagem crítica e estruturada dos dados, com foco na

articulação entre poder local, relações de gênero e construção da imagem pública. Essas categorias serviram de base para a organização da análise apresentada nas seções seguintes. A análise do material empírico foi guiada por categorias construídas a partir do diálogo entre os dados e a fundamentação teórica. As principais categorias foram: trajetória política e capital simbólico, relações de gênero e poder, imagem pública feminina e dinâmicas familiares no campo político.

2 POLÍTICA, PODER LOCAL E ESPAÇO PÚBLICO

Para compreender a construção da imagem pública da mulher nas disputas e ocupação a cargos políticos é essencial explorar a intersecção entre política e gênero, analisando como as estruturas de poder e dominação influenciam essa participação. A partir das contribuições de filósofos e sociólogos como Weber (1999) e Bourdieu (1998-2012), serão discutidos os conceitos de poder, política e dominação masculina. Além disso, autores como Heleieth Saffioti (1987) e Judith Butler (1990) examinam como as normas de gênero moldam a exclusão das mulheres da política, enquanto Scott (1996) e Michelle Perrot (1998) analisam a luta pelo controle ideológico e cultural dentro das esferas políticas. Através desses referenciais teóricos, essa seção investiga as barreiras simbólicas e materiais que perpetuam a desigualdade de gênero, fornecendo uma análise crítica sobre o papel das mulheres na política e as formas como a estrutura patriarcal se reproduz nesse campo.

2.1 Em que consiste a política? Qual a relação entre gênero e política?

Desde a Antiguidade, pensadores como Aristóteles (1982) argumentam que o ser humano é, por natureza, um 'animal político', destacando a importância da participação nas decisões coletivas para o bem comum. Posteriormente, Max Weber (1967) ampliou essa compreensão ao descrever a política como uma luta pelo poder, seja para assumir o controle governamental ou influenciar a distribuição de recursos em uma sociedade. Enquanto Aristóteles (1982) enfatizava a política como um meio de alcançar a virtude e a justiça, Weber (1999) trouxe à tona a dinâmica conflituosa e pragmática das relações de poder. Essa complementaridade permite entender a política como um espaço de negociação contínua, onde estruturas de dominação e de desigualdade, como as de gênero, moldam o acesso e a participação nos espaços decisórios.

Contudo, essa negociação pelo poder não ocorre de forma neutra. Ela é moldada por estruturas de dominação e desigualdade, como o patriarcado e as normas de gênero, que estabelecem padrões de comportamento e poder para homens e mulheres. Costa (2023) argumenta que a distribuição desigual de poder

entre os gêneros é alimentada por uma construção cultural que associa o masculino ao espaço público e à autoridade, enquanto relega o feminino ao privado e à subordinação. Essa perspectiva encontra eco na análise de Bourdieu (2012), para quem a política é uma das esferas de poder onde a "dominação masculina" se manifesta como uma força estrutural que marginaliza as mulheres dos espaços decisórios. Bourdieu (1998) complementa essa divisão ao destacar que o patriarcado se sustenta por meio de disposições e práticas que naturalizam as diferenças entre os sexos. Assim como aponta Costa (2023), a política, enquanto prática cotidiana, é um reflexo das relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos sociais.

Ao analisar a participação das mulheres na política Santos e Furlanetto (2019, p, 192-193) afirma que:

a baixa representatividade da mulher nos espaços políticos de tomada de decisões representa a desigualdade estrutural com que ela é tratada na sociedade brasileira especialmente no âmbito público. Embora sejam maioria do eleitorado brasileiro, as mulheres são sub-representadas quanto ao recorte de gênero, na medida em que a sua presença não alcança 10% nos mais distintos níveis das Casas legislativas.

A ausência das mulheres nos espaços de poder legislativo demonstra uma falha no cumprimento dos princípios democráticos, que deveriam garantir uma representação de todos os segmentos da sociedade, isso é reflexo de uma visão arcaica sobre o lugar da mulher na sociedade.

Como aponta Saffioti (1987) o gênero opera na sociedade como uma categoria social estruturante, organizando as relações de poder de maneira a reforçar hierarquias preexistentes. Essa lógica se manifesta em uma divisão de esferas que, tanto no Brasil quanto em outros países, associa o espaço público ao masculino e confina o feminino ao privado. Essa dinâmica conflitual reforça as desigualdades de gênero. Em consonância, Scott (1996) argumenta que:

No campo do gênero, os homens, como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm mais liberdade, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de gênero para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização à "primeira" categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegia apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e a desigualdade. (Scott, 1996, p. 315).

O conceito de "primeira categoria", referido por Scott (1996), revela como a estrutura social é construída para privilegiar o grupo masculino, criando uma divisão que perpetua a desigualdade de poder. Nesse contexto, a autonomia e o poder de decisão são apresentados como privilégios de um sexo, em detrimento do outro, evidenciando a base patriarcal das instituições e da cultura. As mulheres, por sua vez, ao necessitarem de autorização, seja de um homem ou de uma estrutura social dominada por valores masculinos, têm sua capacidade de ação e protagonismo limitadas.

Além disso, convém acrescentar que o gênero, como construção social, define papéis e expectativas distintas para homens e mulheres desde o nascimento. Esses papéis são construídos e cristalizados na sociedade ao longo do processo de socialização. Para Lima (2011) esse processo não é neutro, mas é fruto de uma percepção social que difundiu na sociedade uma hierarquia de poder entre os gêneros.

Neste sentido, Butler (1990) descreve o gênero como uma transformação cultural, ou seja, um conjunto de atos e comportamentos repetidos que reafirmam normas sociais e culturais sobre masculinidade e feminilidade. Esse processo de repetição reforça a estrutura de poder mencionada anteriormente, tornando os papéis de gênero aparentemente naturais e imutáveis. Estudos como os de Rosaldo (1974) mostram que essa dicotomia é uma construção social que serve aos interesses do patriarcal, perpetuando a marginalização das mulheres na vida pública e política.

No campo político, a divisão entre os papéis de gênero não se limita a uma construção social passiva, mas se transforma em um mecanismo ativo de exclusão e controle. A política, enquanto espaço de poder, utiliza essas representações de gênero para reforçar o domínio masculino sobre os espaços decisórios. A construção social dos papéis de gênero estabelece as características e comportamentos que um indivíduo deve apresentar para ocupar cargos de poder, impondo normas que fazem da masculinidade a referência central na atuação política. Nesse contexto, a política se configura como um território em que a masculinidade é a norma, e o exercício do poder é, por consequência, associado ao masculino.

A análise de Bourdieu (1989) sobre violência simbólica oferece uma chave interpretativa essencial para compreender como essas normas são construídas socialmente, posicionando as mulheres como inadequadas para o exercício da

política. A violência simbólica, conforme elaborada por Bourdieu (1989), não se dá apenas por atos diretos de opressão, mas também pelas formas sutis nas quais normas e valores são internalizadas e reproduzidas, criando hierarquias entre os gêneros. No contexto político, essa violência simbólica é reproduzida ao longo da socialização, fazendo com que a exclusão das mulheres se torne parte da ordem natural da política.

A distribuição desigual do poder político evidencia a predominância masculina nos espaços decisórios, onde a presença feminina ainda é limitada. Apesar da premissa de imparcialidade, a estrutura política continua sendo marcada por um viés de gênero, o que restringe o acesso das mulheres a posições de liderança. Como aponta Brasil (2015, p. 17):

O poder é um domínio ainda ocupado hegemonicamente por homens, campo no qual não há representatividade feminina de fato, dada a exiguidade de posições efetivamente ocupadas por mulheres. Em outras palavras, o poder sobre as decisões públicas, que deveria ser neutro em relação a gênero, é marcadamente masculino, o que resulta em pouca sensibilidade no mundo político diante de assuntos importantes para a qualidade de vida das mulheres

Essa sub-representação reflete-se, por um lado, a forma como historicamente a sociedade brasileira foi estruturada a partir de um processo de hierarquização alicerçado em marcadores sociais de gênero, raça e classe; e, por outro, a falta de sensibilidade do poder político diante de demandas essenciais para a vida das mulheres. A escassez de figuras femininas em cargos estratégicos compromete a pluralidade de perspectivas e perpetua um modelo político que reforça a estrutura patriarcal, influenciando diretamente a formulação e implementação de políticas públicas.

2.2 A participação da mulher no poder local

O conceito de poder, nas ciências sociais contemporâneas, tem sido reconfigurado para abarcar as transformações das sociedades modernas. Tradicionalmente compreendido como uma autoridade centralizada, vinculada a estruturas hierárquicas de comando, o poder passou a ser analisado sob uma ótica mais ampla e relacional. Autores como Foucault (1979) argumentam que o poder não

é algo que se possui, mas que se exerce por meio de relações sociais e práticas discursivas. Ele se dissemina em redes, manifestando-se de maneira descentralizada em múltiplos espaços e níveis, desde os âmbitos globais até os mais locais. Nesse sentido, o poder influencia comportamentos, molda subjetividades e estrutura dinâmicas sociais, econômicas e culturais.

A transição de um modelo de poder centralizado para uma concepção mais distribuída reflete as mudanças ocorridas nas últimas décadas, especialmente em sociedades caracterizadas pela pluralidade e pela complexidade. No cenário global, o poder se apresenta em redes transnacionais que conectam estados, corporações, organizações internacionais e movimentos sociais. Contudo, é no nível local que ele encontra sua forma mais tangível e imediata de manifestação, sendo um espaço privilegiado para a participação cidadã e a formulação de políticas públicas.

O poder local refere-se à capacidade de tomar decisões e implementar políticas que impactam diretamente a vida cotidiana das populações em níveis comunitários e municipais. Diferentemente das esferas nacionais ou globais, ele está intrinsecamente ligado à proximidade entre gestores públicos e cidadãos, permitindo uma maior interação e participação no processo decisório. Segundo Avritzer (2012), o poder local oferece condições para a construção de uma democracia mais inclusiva, possibilitando o engajamento de grupos excluídos das arenas políticas.

Esse poder se materializa em instituições como prefeituras, câmaras municipais e conselhos locais, responsáveis por lidar com questões que afetam diretamente o cotidiano das pessoas, como saúde, educação, transporte e segurança pública. A governança local, ao se basear na proximidade com a população, possibilita que políticas públicas sejam adaptadas às especificidades regionais, contribuindo para sua eficácia e para o desenvolvimento social e econômico. Além disso, a descentralização administrativa fortalece a autonomia política das comunidades, distribuindo competências e recursos do nível federal para o municipal.

No entanto, esse espaço não está imune às dinâmicas de exclusão e desigualdades estruturais presentes em outras esferas de poder. Em contextos marcados por estruturas patriarcais como no Brasil, a participação de grupos sub-representações, especialmente das mulheres, enfrenta barreiras consideráveis. Tais obstáculos vão desde a falta de recursos financeiros até a perpetuação de estereótipos de gênero. Ainda assim, a esfera local tem se mostrado uma arena estratégica para a promoção da inclusão política, sobretudo no Nordeste brasileiro,

onde há um histórico de protagonismo feminino em cargos municipais (Ferreira; Brasileiro; Alves, 2024)

A ascensão das mulheres na política é um reflexo de uma transformação nas dinâmicas de liderança e participação, particularmente nas esferas locais. No Nordeste, onde as tradições patriarcais estão enraizadas e as relações de poder se organizam em torno de práticas clientelistas e familiares, as mulheres têm conseguido conquistar mais espaço. Ainda assim, essa ascensão ocorre dentro de um contexto histórico que, por muitas vezes, ainda favorece a permanência dos mesmos grupos no poder. Em muitos casos, as mulheres eleitas vêm de famílias com tradição política, o que, por um lado, abre portas, mas, por outro, revela a persistência de um poder oligárquico e consolidado, que dificulta a verdadeira renovação política (Ferreira; Silva; Brasileiro, 2024).

No contexto político da Paraíba, a dinâmica de gênero no poder local evidencia tanto as barreiras estruturais quanto às possibilidades de avanço na inclusão feminina na política. A região ainda é marcada por uma cultura política baseada no clientelismo e na reprodução de elites familiares, o que influencia diretamente o acesso das mulheres aos cargos eletivos. Embora o pertencimento a redes políticas tradicionais possa facilitar a entrada de algumas mulheres na política, esse mecanismo também reforça a dependência de laços familiares para a conquista e a manutenção do poder.

Como destaca Almeida (2022), no Nordeste, e especificamente na Paraíba, a família exerce um papel fundamental na perpetuação do poder político tradicional, sendo responsável pela transmissão da herança política. Essa prática assegura a continuidade de grupos oligárquicos e a manutenção do poder dentro da mesma família, limitando as chances de mulheres e novas lideranças se destacarem. Além disso, conforme apontam Ferreira, Silva e Brasileiro (2024), mesmo com o crescimento das candidaturas femininas, muitas mulheres eleitas no Nordeste ainda enfrentam dificuldades para exercer mandatos com autonomia plena, pois a lógica patriarcal impõe limites à sua atuação e reforça a necessidade de alinhamento com grupos políticos dominantes. Dessa forma, o avanço da participação política feminina ocorre em um processo lento e condicionado por dinâmicas tradicionais de poder, que ainda favorecem a manutenção de estruturas excludentes.

Embora as mulheres representem 53% do eleitorado da Paraíba, conforme dados do IBGE (2023), sua presença nas posições de liderança política continua consideravelmente inferior. Essa disparidade não é apenas numérica, mas reflete uma

estrutura de poder que limita a participação feminina, perpetuando a exclusão em um espaço amplamente dominado por práticas conservadoras. A tabela a seguir, com dados de 2023, ilustra essa desigualdade, destacando tanto a composição do eleitorado – com uma maioria feminina – quanto a sub-representação das mulheres em cargos de decisão, como na Assembleia Legislativa e nas prefeituras. A análise desses dados é essencial para compreender as barreiras que as mulheres enfrentam ao buscar uma maior representatividade política no Estado.

Tabela 1: Perfil do Eleitorado e Representatividade Feminina na Paraíba			
Indicador	Quantidade	Percentual (%)	Fonte
Eleitorado total	3.225.870	100%	IBGE (2023)
Eleitorado feminino	1.697.137	53%	IBGE (2023)
Eleitorado masculino	1.528.733	47%	IBGE (2023)
Cadeiras na Assembleia Legislativa ocupadas por mulheres	-	17%	ALPB (2023)
Prefeituras ocupadas por mulheres	-	14,29%	TSE (2023)

Fonte: Elaboração própria (2025)

A tabela apresentada ilustra de forma clara a disparidade entre a proporção de mulheres no eleitorado e sua sub-representação nos cargos de liderança política. Embora as mulheres representem a maioria do eleitorado, sua presença em posições de decisão é significativamente reduzida, evidenciando a continuidade de um padrão de exclusão no cenário político. Essa desigualdade reflete um padrão estrutural do sistema político brasileiro, no qual a participação feminina ainda enfrenta barreiras institucionais, culturais e partidárias.

Conforme apontam Ferreira, Silva e Brasileiro (2024), a sub-representação das mulheres na política não decorre da falta de interesse ou engajamento, mas de uma série de entraves que limitam sua competitividade eleitoral. Entre esses desafios, destaca-se a distribuição desigual dos recursos de campanha, que, mesmo com a obrigatoriedade de financiamento mínimo para candidaturas femininas, ainda não

garante condições equitativas na disputa eleitoral. Além disso, a persistência da violência política de gênero, manifestada por meio da deslegitimação, do assédio e da intimidação de candidatas e eleitas, compromete a permanência das mulheres na política e reforça a desigualdade na ocupação de cargos eletivos.

Os dados mostram que, apesar do aumento da participação eleitoral das mulheres, elas continuam ausentes das esferas de decisão política. Esse desequilíbrio não é apenas um reflexo da sub-representação, mas também da persistência de um contexto político que favorece a manutenção de uma liderança predominantemente masculina. Como observam Miguel e Biroli (2014), a ausência das mulheres na política não é uma questão meramente numérica, mas sim uma manifestação de um sistema que dificulta a distribuição equitativa de poder entre os gêneros. Na Paraíba, isso se traduz na continuidade de lideranças masculinas que moldam o cenário político local, criando uma atmosfera onde o protagonismo feminino segue sendo marginalizado

Além disso, a liderança masculina predominante está intimamente ligada às dinastias familiares que dominam os espaços de poder na Paraíba. Essa característica do sistema político local revela uma cultura política que privilegia a continuidade do controle familiar (Monteiro, 2016), dificultando a renovação das lideranças. Como aponta Pinto (2001), apesar da significativa presença de mulheres em cargos políticos no Nordeste, muitas dessas mulheres ascendem ao poder com o respaldo de um capital político familiar, o que reforça as dinâmicas tradicionais.

Nesse contexto, a participação feminina na política paraibana não se dá de forma autônoma, mas está vinculada a alianças estratégicas e redes de apoio familiar. Como observa Almeida (2022):

Fazer parte de famílias com tradição política partidária é uma excelente passagem para o negócio de prática política no Brasil. A estratégia de permanecer no poder está cada vez mais incluindo mulheres para ocupar cargos políticos, a fim de que o grupo não perca suas forças tradicionais na região (Almeida, 2022, p. 3).

Em relação a essa perpetuação do poder familiar, Monteiro (2016) destaca que:

Famílias políticas são aquelas que ocupam cargos públicos eletivos e de representação e cargos de comando há mais de meio século no Estado. Tratam – se daquelas famílias cujos pais, tios, avós, bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões e trazendo o nome de família, associados a outros capitais herdados, passam a ocupar posições

dominantes no campo político, jurídico e econômico do Estado. São herdeiros, quase sempre, das tradicionais oligarquias. São agentes que possuem sua origem social em espaços políticos e que, desde a infância, foram socializados para o exercício da vida política como se natural fosse ser o herdeiro político responsável pela continuidade da linhagem (Monteiro, 2016, p. 30)

Esse modelo de continuidade do poder familiar, descrito por Monteiro (2016), sugere que a política local é uma esfera onde o capital político familiar e as redes de relações intergeracionais desempenham um papel crucial. Essas famílias não apenas ocupam os cargos de poder, mas perpetuam uma dinâmica em que o poder é "herdado" e continuado como uma tradição, o que dificulta a introdução de novas lideranças que não possuam esses mesmos vínculos familiares. Essa lógica, centrada em uma espécie de "dinastia política", explica como as mulheres, embora às vezes cheguem a ocupar cargos políticos, acabam sendo inseridas em um sistema que ainda privilegia a continuidade da tradição familiar masculina, o que reduz sua autonomia política.

Além disso, como destaca Almeida (2022, p. 7):

As famílias do circuito oligárquico paraibano têm melhores acessos a empregos, profissões, cargos públicos, matrimônios entre famílias de nomes tradicionais, o que fortalece cada vez mais os laços de amizade e a estrutura política, não apenas no interior, nas pequenas cidades, mas em todo o estado paraibano.

Esse fortalecimento das redes familiares e sociais que dominam o espaço político é outro fator que explica a marginalização da participação feminina, mesmo quando mulheres conseguem alcançar cargos de poder. O espaço político paraibano, regido por essas relações familiares, não só mantém a exclusão feminina, mas também valida uma forma de liderança política que é diretamente vinculada aos laços tradicionais e à reprodução de um poder masculino.

Apesar das barreiras impostas pelo controle familiar sobre a política local, a participação feminina na política paraibana tem se mostrado resiliente, buscando diferentes formas de adaptação e resistência. Embora muitas mulheres tenham alcançado posições políticas dentro de uma lógica de continuidade familiar, há exemplos de liderança que buscam redefinir essa dinâmica. A trajetória de Vânia Leite Braga, por exemplo, primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba, e Lúcia Braga, que acumulou cinco mandatos consecutivos, são emblemáticas nesse sentido. Essas mulheres, embora inseridas em um contexto

marcado pela influência de redes familiares, demonstram como o engajamento político feminino pode, ainda que limitado, se sobrepor às normas de um sistema que frequentemente minimiza sua voz e presença.

No entanto, a política local paraibana também começa a dar espaço a novas perspectivas, como exemplificado pela liderança de Márcia Lucena, prefeita do Conde. Ao contrário de outras mulheres que ascendem ao poder por meio de alianças familiares, Lucena se destaca por ter rompido com as estruturas tradicionais de apoio político, enfrentando resistência em um cenário predominantemente masculino. Sua gestão, marcada pela implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social, destaca um novo caminho para as mulheres na política, que não depende exclusivamente das redes de apoio tradicionais, mas sim de uma visão própria e uma estratégia de ação inovadora.

Esse contraste entre as trajetórias de mulheres como Vânia Leite Braga, Lúcia Braga e Márcia Lucena revela as diferentes formas de inserção política feminina, com algumas lidando com as limitações impostas pelas dinâmicas familiares, enquanto outras desafiam diretamente essas estruturas. A resistência enfrentada por Lucena, como aponta Birol (2018), não é apenas uma consequência do ambiente político machista, mas também da exigência constante de validação da competência feminina em um cenário político que ainda privilegia os homens. Sua luta pela aceitação e a tentativa de provar sua capacidade para governar mostram como o sistema político local, embora aberto à participação feminina em algumas esferas, ainda reserva desafios significativos para aquelas que tentam se afastar das trajetórias tradicionais.

2.3 Entre o espaço da casa e o espaço da praça a mulher em seu papel público e os principais desafios

A divisão entre o público e o privado não é apenas uma questão de espaço físico, mas de poder, identidade e pertencimento. Por séculos, as mulheres foram confinadas aos limites invisíveis da casa, enquanto os homens conquistaram as praças, as ruas e as esferas de decisão. O que se escondia por trás dessa separação? O que foi perdido quando a voz feminina foi silenciada nos espaços de poder? Para entender a política de hoje é preciso voltar ao início e questionar as fundações dessa divisão histórica, onde o privado se torna um campo de resistência e o público um

campo de exclusão.

Desde os primeiros momentos da vida, as mulheres são educadas para ocupar posições de subordinação, voltadas à esfera privada, ou seja, a casa, os filhos e o cuidado da família. Como aponta Jevoux (2018, p. 12), “as mulheres são submetidas a um sistema onde são formatadas para o âmbito privado, não havendo nenhuma importância social e pública”. A segregação entre os espaços da casa e da praça, o público e o privado, reflete uma divisão de gênero que, segundo Lima, Nascimento e Pontes (2016), impede o acesso igualitário e legítimo das mulheres ao espaço político.

As mulheres ao longo da civilização têm sido associadas a um espaço restrito e submisso, o espaço privado, enquanto o espaço público, dominado pelo homem, é reservado para os processos de tomada de decisão, poder e visibilidade. Como aponta Perrot (1998) a forma como as mulheres são lembradas e registradas na história não é neutra, mas sim condicionadas pelos papéis que a sociedade lhe atribui.

A atribuição do papel da mulher ao espaço privado não é meramente simbólica. Ao ser confinada a esse espaço, a mulher é excluída das esferas em que o poder é exercido, como o mercado de trabalho, a política e outras áreas de influência. Perrot 1998 argumenta que “a exclusão das mulheres é particularmente severa, pois ligada ao sexo, ela não pode ser modificada como a idade, a nacionalidade ou o nível de riqueza” (Perrot, 1998, p.120). isso coloca as mulheres em uma posição de subordinação.

A história trata a memória feminina como algo secundário, e quase sempre subordinada à esfera doméstica, enquanto os homens garantem destaque em todas as áreas públicas. Essa dinâmica tem levado tanto as mulheres quanto a sociedade a aceitar e perpetuar a ideia de que o lugar da mulher está nas atividades domésticas e familiares, longe das esferas de poder.

O confinamento da mulher ao espaço privado está, portanto, intrinsecamente ligado à construção de sua identidade e sua posição na sociedade. A imagem da mulher como cuidadora e abnegada foi cuidadosamente moldada na sociedade, por meio de suas diversas instituições, como a mídia e a religião. De acordo com Perrot (1998) essas instituições reforçam a ideia de que a mulher não pode ter acesso ao poder.

Esse processo de segregação vai além da limitação das atividades femininas; ele molda a própria identidade feminina. A mulher internaliza esses papéis e valores, sem perceber que sua subordinação é o resultado de um sistema socialmente

construído. Como Perrot (1998) sugere, a distinção entre os papéis de gênero é uma construção social, mas uma construção tão arraigada que, muitas vezes, ela parece natural. Dessa forma, a mulher não apenas se vê em um espaço de subordinação, mas também tem seu comportamento e suas aspirações moldados por essa ideologia.

O século XX trouxe o início da superação desse paradigma, especialmente com o avanço das lutas feministas e a conquista de direitos civis e políticos, como o direito a voto em 1932. Esse marco foi vital para a inclusão das mulheres na política formal, ainda que de forma restrita, abrindo o caminho para uma participação mais ativa nas discussões públicas. Como afirma Avelar (2001), essa conquista foi um ponto de inflexão no processo de inclusão das mulheres na vida política. Contudo, apesar do progresso, a consolidação da participação feminina revelou-se um processo árduo e cheio de desafios, muitos dos quais permanecem até os dias de hoje, especialmente nas regiões do interior.

Nas regiões mais tradicionais, como o Nordeste, onde a política é dominada por dinâmicas familiares (Monteiro, 2016), as mulheres entram no poder executivo como substitutas de homens da família, perpetuando uma tradição.

Nesse contexto, o mito da mulher salvadora é ativado, mas com pouca autonomia, uma vez que sua ascensão ao poder é vista como uma resposta a uma crise, e não como uma escolha natural.

Avelar (2001) complementa essa perspectiva ao afirmar que:

o ingresso das mulheres na política, especialmente em contextos locais dominados por estruturas patriarcais, ocorre de maneira indireta, mediada por laços familiares, o que limita seu protagonismo e reforça o caráter substitutivo de suas atuações (Avelar, 2001, p. 124)

Assim, mesmo quando ocupam cargos de liderança, essas mulheres são muitas vezes vistas como continuadoras de legados familiares, em vez de líderes políticas autônomas, reforçando a subordinação de suas trajetórias às dinâmicas familiares e de gênero predominantes.

Além disso, mesmo quando as mulheres conseguem romper essa barreira e adentrar o campo político, enfrentam o desafio de conciliar as responsabilidades do espaço privado com as exigências do espaço público. Biroli (2018) destaca que, apesar do aumento da participação feminina na política, ainda persiste uma expectativa social de que as mulheres priorizem suas funções de cuidadoras no

ambiente doméstico. Essa sobrecarga de papéis , que muitas vezes recai apenas sobre as mulheres, compromete sua ascensão a posições de liderança, limitando sua atuação no campo político e reforçando a divisão de papéis .

Outro desafio que persiste para as mulheres na política é a violência política de gênero. Como observa Araújo (2009), essa violência é utilizada como estratégia para manter a hegemonia masculina nos espaços de poder, silenciando e intimidando as mulheres que competem por cargos eletivos. Essa violência não se manifesta apenas em agressões físicas, mas também em ataques verbais e pessoais, que tendem a ser mais intensos em contextos locais, onde a proximidade entre políticos e eleitores facilita a intimidação. Essa forma de violência afeta profundamente a legitimidade das mulheres na política e sua permanência nesses espaços de poder.

Apesar dos desafios, a participação feminina na política tem avançado nas últimas décadas. Dados recentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram um aumento no número de mulheres eleitas para cargos no executivo e legislativo municipal. Contudo, Avelar (2001) aponta que a sub-representação feminina persiste, resultado não apenas de barreiras culturais, mas também de um sistema institucional que pouco favorece a inclusão de mulheres. A ausência de políticas efetivas de incentivo à participação feminina é um dos maiores desafios para garantir uma maior equidade de gênero na política.

No contexto do interior nordestino, a construção da imagem pública das mulheres políticas está ligada à superação desses obstáculos. A presença feminina em cargos políticos tem o potencial de modificar as relações de poder, servindo de exemplo para novas gerações de mulheres que buscam desafiar os papéis de gênero tradicionais.

Miguel (2008) reforça que a presença feminina no espaço público é essencial para a democratização das estruturas de poder, uma vez que introduz novas perspectivas e demandas historicamente negligenciadas pelas elites masculinas. Assim sendo, a presença da mulher na política vai além de uma simples conquista individual, sendo uma forma de transformação social.

Sair do espaço privado para o público e ocupar um espaço de poder é confrontar um sistema de valores e princípios arraigados, e portanto, não se constitui uma tarefa fácil e imediata para as mulheres. No entanto, ao ocupar esses espaços, as mulheres podem começar a alterar as estruturas de poder e abrir caminho para uma maior participação feminina no futuro.

3 GÊNERO, MÍDIA E PRODUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA MULHER NA POLÍTICA

Esta seção busca analisar como a imagem pública das mulheres políticas é construída pela mídia e pelas redes sociais, com foco nos municípios do interior do Nordeste, onde as dinâmicas sociais e culturais tendem a ser mais conservadoras. Assim, explora-se como a maternidade e o papel social da mulher influenciam essa construção de imagem, impactando a visibilidade e atuação das mulheres no campo político. A mídia, tanto tradicional quanto digital, desempenha um papel central nesse processo ao, muitas vezes, reforçar estereótipos de gênero que limitam o reconhecimento de suas capacidades como líderes políticos, conforme observa Matos (2010).

As redes sociais e a internet transformaram profundamente a dinâmica da política brasileira, passando a exercer um papel crucial na construção e circulação de narrativas públicas. Lima (2012) destaca que, o ciberespaço ressignificou a cultura política ao proporcionar aos eleitores uma forma mais ativa de participação, deixando de ser apenas espectadores passivos. Esse fenômeno afeta especialmente a maneira como as mulheres são vistas no campo político, permitindo não apenas a amplificação de suas propostas, mas também a desconstrução de suas imagens por meio de boatos e fake news. Um exemplo marcante é a campanha de Dilma Rousseff em 2010, quando temas sensíveis e, muitas vezes, distorcidos foram utilizados para criar uma narrativa negativa em torno de sua candidatura.

3.1. Notícias e boatos nos blogs.

As redes sociais e as mídias, de modo geral, possuem o poder de influenciar e reforçar valores e percepções sociais, influenciando a maneira como os indivíduos interpretam e vivenciam a realidade. Esse processo pode tanto contribuir para a desconstrução de estereótipos quanto reforçá-los, dependendo da forma como os meios de comunicação operam. Como aponta Biroli (2011), a mídia muitas vezes reproduz estereótipos ao atuar em consonância com uma ordem social desigual, tornando-se uma ferramenta de manutenção de padrões e exclusões. Nesse sentido,

as redes sociais, apesar de promoverem um ambiente de circulação de ideias diversas, frequentemente amplificam discursos dominantes, consolidando normas que reforçam desigualdades sociais.

A cobertura midiática reflete, portanto, uma estrutura de poder desigual, afetando particularmente grupos minoritários, como as mulheres. Essas representações midiáticas, muitas vezes, reforçam estereótipos de gênero, subjugando a trajetória política feminina a narrativas redutoras. Apesar de as redes sociais oferecerem maior visibilidade às mulheres, também se tornam um terreno fértil para a disseminação de boatos e rumores, carregados de preconceito.

Os meios de comunicação, nesse contexto, não apenas reproduzem estereótipos, mas são também instrumentos centrais na sua propagação. Como destaca Biroli (2011), os estereótipos surgem como uma imposição dos grupos dominantes, controlando a informação e produzindo 'verdades' que sustentam dinâmicas de dominação. A mídia, enquanto um dos principais canais de disseminação de informações, tem um papel primordial na construção do ambiente social contemporâneo. Ela não se limita a refletir a realidade, mas contribui ativamente para a naturalização de visões de mundo dominantes, em detrimento de outras. Como observa Biroli (2011):

a mídia difundiria os estereótipos e, dada sua centralidade na construção do ambiente social contemporâneo, colabora desse modo para uma naturalização, confirmando cotidianamente determinadas visões de mundo, em detrimento de outras" (Biroli, 2011, p. 74).

Isso é particularmente evidente nas análises feministas que apontam a naturalização do pertencimento da mulher à esfera privada e aos arranjos familiares que reforçam essa ideia, além da ênfase dada ao corpo e à aparência física das mulheres.

Os estereótipos, portanto, são construções morais e ideológicas com profundo impacto nas relações de poder. Eles não apenas geram expectativas sociais, mas também reforçam a hierarquia entre grupos sociais. Nesse contexto, os estereótipos servem para definir o 'outro', organizando as relações sociais e determinando papéis, direitos e deveres, o que contribui para a manutenção de uma estrutura de poder desigual.

Nas relações de gênero, por exemplo, os estereótipos organizam as

expectativas quanto ao papel de mulheres e homens nas relações afetivas, profissionais e políticas, “contaminando” as diferentes esferas. Fundados em definições do papel adequado da mulher na esfera doméstica, os estereótipos de gênero permeiam outros espaços e interações, impondo limites à sua atuação: esse é um dos sentidos da afirmação de que a conexão entre os aspectos doméstico e não doméstico da vida é profunda (Okin, 1989, p. 126, apud Biroli, 2011, p. 85-86).

A influência abrangente dos estereótipos de gênero, evidenciam como essas construções sociais moldam as expectativas sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres em diferentes esferas da vida, incluindo as relações afetivas, profissionais e políticas.

Fundamentados na ideia de que o espaço doméstico é o local "natural" da mulher, esses estereótipos se expandem para além desse ambiente, limitando sua atuação em espaços considerados não domésticos. Essa “contaminação” entre as esferas doméstica e pública reflete a profundidade com que as construções de gênero estão enraizadas na sociedade, operando como barreiras simbólicas e materiais que restringem a participação feminina em posições de poder e decisão.

Essa conexão entre os aspectos domésticos e não domésticos da vida reflete a imposição de normas que determinam como as mulheres devem se comportar, com base em expectativas sociais padronizadas.

Os estereótipos, assim, são elementos fundamentais para a eficácia das narrativas sociais cristalizadas. As imagens tipificadas de diferentes grupos sociais não apenas representam uma visão simplificada da realidade, mas também mobilizam julgamentos compartilhados, conferindo sentido ao conhecimento coletivo. Como afirmam os estudiosos, os estereótipos operam dentro de códigos morais relativamente estáveis, que sustentam a ordem social existente. No jornalismo, esses estereótipos não permanecem isolados, mas são constantemente colocados em circulação, contribuindo para a manutenção dessa estabilidade. Dessa forma, a mídia se torna um agente ativo na perpetuação dos estereótipos.

A cobertura das mídias no Brasil tem sido um reflexo de uma estrutura de poder desigual, que afetam grupos minoritários, no caso das mulheres, as informações veiculadas nesses meios de comunicação subjagam suas trajetórias políticas, a narrativas reducionistas.

Biroli e Miguel (2014) observam que, em contextos regionais, especialmente no interior do Nordeste, as mulheres são retratadas com foco em suas supostas fragilidades ou desvios de comportamento, o que reforça estereótipos que as

associam mais ao espaço privado do que ao público. Dessa forma, a mídia tradicional contribui para perpetuar a visão de que a política seria um espaço inadequado para a atuação feminina, o que se reflete e é amplificado no ambiente digital.

As coberturas jornalísticas, os boatos e rumores difundidos em blogs e outras plataformas informais têm grande impacto na construção da imagem das mulheres em cargos políticos. Como afirma Araújo (2019), em pequenas cidades do interior, os boatos se espalham rapidamente e, muitas vezes, têm mais influência que as próprias notícias oficiais, principalmente quando exploram a moralidade e a vida pessoal das mulheres, reforçando o controle social sobre elas. Essa prática coloca as mulheres em uma posição vulnerável, dificultando ainda mais a construção de uma imagem pública sólida e respeitável.

Paralelo a essa afirmação, os rumores desempenham um papel significativo na formação de percepções e ações políticas. Segundo Silva (2019), o rumor é tratado como uma manifestação que resulta de informações compartilhadas sem base e sem verificação da fonte, envolvendo muitas pessoas. No contexto político, os rumores e boatos podem ser disseminados de maneira deliberada para minar a reputação de candidatas, questionando sua competência, moralidade ou capacidade de liderança.

Conforme Lima (2012), a disseminação de boatos durante as campanhas eleitorais, particularmente em ambientes digitais como blogs e redes sociais, tem um efeito profundo na desconstrução da imagem pública das mulheres. Ela exemplifica como, na campanha de Dilma Rousseff, temas sensíveis como sua religião, orientação sexual e até sua postura em relação ao aborto foram utilizados para criar uma narrativa negativa. A autora observa que esses boatos, muitas vezes baseados em informações falsas, moldam a percepção pública, interferindo diretamente no jogo eleitoral.

3.2 Redes sociais e circulação de imagens

A construção da imagem pública de mulheres na política é um processo marcado por tensões e ambiguidades, no que diz respeito ao papel das redes sociais e da mídia tradicional. Essas plataformas configuram-se tanto como espaços de oportunidades quanto de desafios para as candidatas, pois ao mesmo tempo que possibilitam maior visibilidade e autonomia na comunicação com o eleitorado, também

intensificam a exposição a formas de violência simbólica e ataques misóginos que podem comprometer sua legitimidade política (Araújo, 2019). Neste contexto, é essencial analisar como esses mecanismos de construção midiática afetam a percepção pública das mulheres na política, tanto em âmbitos nacionais quanto locais.

As redes sociais, em particular, oferecem oportunidades únicas para que as mulheres construam suas próprias narrativas políticas e superem as limitações impostas pela mídia tradicional. Segundo Recuero (2012), plataformas como Facebook e Instagram permitem que as candidatas dialoguem diretamente com o eleitorado, fortalecendo sua presença e visibilidade sem a necessidade de intermediários. No entanto, essas mesmas redes também servem como espaços onde a violência política de gênero é exacerbada, por meio de ataques difamatórios, campanhas de deslegitimação. Essas dinâmicas podem ser observadas tanto no contexto de eleições presidenciais quanto em disputas políticas locais.

No contexto local, a cobertura da mídia tradicional tende a reforçar estereótipos de gênero e limitações ao papel das mulheres como líderes políticas. Flavia Emanoela, por exemplo, foi apresentada pela mídia local como uma figura de apoio, tanto política quanto pessoal, ao lado de seu marido, Dr. Romualdo Antônio. Na notícia de sua indicação como vice-prefeita, publicada pelo site Paraíba-Mix (2020), os companheiros de chapa de Flavia Emanoela enfatizaram suas qualidades de "acessibilidade" e "competência", sugerindo que ela era a "melhor opção" para compor a chapa. Essa narrativa destaca Flavia Emanoela mais como colaboradora do que como uma figura de liderança política independente.

Essa forma de retratar mulheres na política local está alinhada ao que Biroli e Miguel (2015) observam como uma tendência patriarcal nos contextos do interior nordestino, onde os valores tradicionais continuam a moldar as dinâmicas políticas. Nesse cenário, as mulheres são vistas como figuras complementares, e não como protagonistas.

A mídia, tanto local quanto nacional, contribui para essa percepção ao construir imagens que reforçam fragilidades e dependência, dificultando a legitimação de lideranças femininas autônomas. Essa construção midiática cria barreiras invisíveis, mas poderosas, que dificultam o acesso das mulheres ao poder de decisão, uma dinâmica que é reforçada tanto nos veículos de comunicação tradicionais quanto nas redes sociais.

As redes sociais, por sua vez, amplificam essa dualidade ao mesmo tempo em

que permitem visibilidade direta, também servem como plataformas para disseminar ataques misóginos e campanhas de desinformação. Durante a campanha presidencial de Dilma Rousseff, por exemplo, Carniel et al. (2018) destacaram que memes compartilhados nas redes associaram sua imagem a estereótipos como “incapacidade de liderança” e “dependência masculina”, o que contribuiu para a criação de uma narrativa de fragilidade feminina no espaço político. Da mesma forma, Flavia Emanoela, no contexto local, é retratada como uma figura que “resolve tudo”, mas cuja liderança permanece invisível, mantendo o destaque no marido. Isso reflete uma construção midiática que subestima a competência das mulheres, perpetuando um imaginário social em que elas são vistas como inadequadas para ocuparem posições de liderança autônoma.

A circulação de tais imagens e discursos afeta diretamente a percepção pública e o comportamento eleitoral. Conforme Bourdieu (1987), a mídia não apenas reflete a realidade, mas a constrói, criando representações sociais que influenciam diretamente as escolhas e atitudes dos eleitores.

Neste sentido, a forma como a mídia e as redes sociais moldam as narrativas têm impacto direto na construção da imagem pública das mulheres. Como Araújo (2019) aponta, as campanhas de desinformação e difamação nas plataformas digitais tendem a comprometer a legitimidade das candidatas, não apenas em termos de imagem pessoal, mas também no que diz respeito à confiança do eleitorado em suas capacidades de gestão e liderança. No contexto local, a associação de Flavia Emanoela a uma figura de suporte e sua invisibilização como líder direta reforçam esse fenômeno.

Portanto, as redes sociais e a mídia tradicional desempenham papéis complexos e ambíguos na construção da imagem pública feminina na política. Se, por um lado, essas plataformas oferecem ferramentas para que as mulheres construam suas próprias narrativas, por outro, elas perpetuam formas de violência simbólica e reforçam estruturas de poder patriarcais que continuam a dificultar a igualdade de gênero na política. No caso de candidaturas locais, como a de Flavia Emanoela, as representações construídas pela mídia tendencialmente não apenas limitam suas chances de ascender a posições de maior poder, mas também perpetuam um imaginário social no qual as mulheres são vistas como inadequadas para liderar de maneira autônoma.

3.3 Entre ser mãe e ser mulher pública

No Brasil, a figura da mãe é idealizada como a cuidadora principal, responsável pelo bem-estar da família associada ao espaço privado. Essa construção social entra em choque com a imagem de uma mulher pública, que precisa ser vista como autônoma, forte e apta a exercer poder político. Como argumenta Biroli (2018), essa contradição é amplificada pela mídia, que assiduamente enfatiza o papel materno das mulheres, reforçando estereótipos que colocam em dúvida sua capacidade de equilibrar as responsabilidades familiares e a carreira política. Enquanto isso, para os homens, o papel de pai raramente é destacado ou analisado no contexto de sua atuação pública, perpetuando uma lógica desigual de julgamento entre os gêneros.

Essa dinâmica se reflete também na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Como mostram os dados da tabela a seguir, a participação feminina no mercado apresentou avanços no terceiro trimestre de 2024, com redução na taxa de desocupação e aumento no nível de ocupação. Contudo, as mulheres ainda enfrentam desafios, sobretudo as que são mães, ao lidar com a expectativa de conciliar as responsabilidades familiares com a carreira.

Tabela 2 - Participação de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro (2º e 3º trimestres de 2024)

Indicador	2º Trimestre de 2024	3º Trimestre de 2024	Variação
Taxa de Desocupação – Mulheres	8,6%	7,7%	-0,9 ponto percentual
Taxa de Desocupação – Homens	5,9%	5,3%	-0,6 ponto percentual
Nível de Ocupação – Mulheres	48,1%	48,9%	+0,8 ponto percentual
Nível de Ocupação – Homens	68,3%	68,7%	+0,4 ponto percentual

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2024.

Os dados apresentados evidenciam o aumento na participação feminina no

mercado de trabalho, especialmente entre o segundo e o terceiro trimestres de 2024. Houve uma redução de 0,9 ponto percentual na taxa de desocupação das mulheres, além de um aumento de 0,8 ponto percentual no nível de ocupação. No entanto, mesmo com esses avanços, as mulheres continuam apresentando indicadores de ocupação consideravelmente inferiores aos dos homens, cuja taxa alcançou 68,7% no mesmo período.

Essa discrepância é um reflexo de uma sociedade desigual, onde as mulheres, especialmente aquelas que são mães, enfrentam uma dupla jornada de trabalho, dividindo-se entre as demandas do mercado de trabalho e as responsabilidades domésticas e familiares, muitas vezes invisibilizadas. Essa divisão reflete construções sociais profundas que desvalorizam o trabalho feminino, dificultando a plena inserção das mulheres no mercado e perpetuando desigualdades de gênero em diversas esferas profissionais e sociais. Essa realidade também se reflete na política, onde a construção da imagem pública das mulheres é atravessada por questões relacionadas à maternidade e ao cuidado.

Um dos aspectos mais sensíveis nessa construção diz respeito à maternidade. Embora essa condição possa ser estrategicamente utilizada como um recurso de capital político, associando as mulheres a valores como empatia, cuidado e responsabilidade social, ela também reforça estereótipos que limitam a atuação feminina a esferas tradicionalmente vistas como 'femininas'. Segundo Schwindt-Bayer (2010), muitas mulheres políticas se apropriam da imagem de mãe para demonstrar uma maior sensibilidade em relação a temas como saúde, educação e bem-estar social, buscando atrair eleitores. Contudo, essa mesma estratégia tende a confinar sua atuação a questões de 'cuidado', marginalizando suas propostas em áreas como economia e segurança pública, geralmente associadas à liderança masculina.

O discurso da maternidade, conforme aponta Araújo (2009), apresenta uma dualidade. Se, por um lado, ele pode gerar empatia e aproximação com o eleitorado, por outro, sustenta a ideia de que o papel da mulher é principalmente o de cuidar dos outros, limitando sua possibilidade de se afirmar como líder política autônoma. Essa ambiguidade é amplificada pela mídia, que tende a destacar aspectos pessoais e familiares das mulheres, como sua aparência ou vida doméstica, em detrimento de suas qualificações e propostas políticas. Esse enfoque não só reduz a legitimidade das mulheres como líderes, mas também perpetua a ideia de que a mulher deve estar restrita ao espaço privado, ainda que ocupe cargos públicos.

A maternidade assume um papel paradoxal na trajetória das mulheres políticas. Por um lado, pode ser utilizada como um símbolo de dedicação e sensibilidade, conforme aponta Schwindt-Bayer (2010), sendo uma estratégia de aproximação com o eleitorado. Contudo, por outro lado, ela reforça a expectativa de que as mulheres devem conciliar suas responsabilidades domésticas com as atividades profissionais, o que gera uma sobrecarga de exigências. Nesse sentido, para Biroli (2018), a cobrança constante para que as mulheres equilibrem o trabalho político com as obrigações familiares é um reflexo da desigualdade de gênero ainda enraizada na sociedade, colocando-as em uma posição de julgamento duplo, ao contrário dos homens, que raramente enfrentam tal cobrança.

Essa pressão se torna ainda mais evidente quando as mulheres são mães. Segundo Matos (2010), a ideia de que a mulher deve estar sempre disponível para a família cria barreiras para sua plena atuação política, impactando não apenas sua imagem pública, mas também seu desempenho eleitoral. Esse julgamento ocorre simultaneamente no âmbito privado e no público, reforçando a noção de que a maternidade seria um impedimento à dedicação integral ao trabalho político. Assim, para que as mulheres possam atuar de maneira mais equitativa na política, é necessário desconstruir a ideia de que a maternidade impede a capacidade de liderança e compromisso com as questões políticas.

O desafio de conciliar as múltiplas responsabilidades associadas à maternidade com as demandas do mercado de trabalho, especialmente em um ambiente político masculino, revela-se como um obstáculo a mais para a participação feminina na política. A jornada de trabalho das mulheres, que inclui não apenas a dedicação à profissão, mas também à casa e à família, impõe um ritmo que dificulta a plena inserção e engajamento político. Essa pressão constante não é apenas física, mas também simbólica, pois as mulheres que vivenciam essas experiências são constantemente desafiadas a equilibrar os papéis tradicionais de cuidadora com os de líderes e tomadoras de decisão.

No contexto político, essa equação torna-se ainda mais difícil, pois a expectativa é que as mulheres estejam completamente disponíveis para as demandas públicas, enquanto simultaneamente cumprem o papel de cuidadoras no âmbito privado. A imposição desse 'duplo esforço' enfraquece sua presença e influência no cenário político, limitando sua capacidade de atuação em uma arena que exige dedicação integral.

4 TRAJETÓRIA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA PRIMEIRA PREFEITA ELEITA DO CONGO

Esta seção tem como objetivo analisar, com base em entrevistas realizadas com a prefeita Flavia Emanoela , seu pai (ex-vereador), seu esposo (ex-prefeito e, atualmente, deputado estadual) e um vereador do município, os elementos que compõem sua trajetória política e a forma como sua imagem pública foi construída no contexto do poder local. Os depoimentos reunidos permitem refletir sobre os caminhos que possibilitaram sua inserção no campo político, destacando as marcas da socialização precoce, das relações familiares e institucionais, e das exigências simbólicas enfrentadas por uma mulher que ascende ao executivo em um cenário historicamente marcado pela presença masculina. A análise será conduzida à luz de referenciais teóricos das ciências sociais, especialmente no campo da sociologia política e dos estudos de gênero.

A estrutura da seção desenvolve-se a partir de três eixos complementares, que abordam aspectos da trajetória, dos desafios enfrentados no exercício do cargo e das estratégias de legitimação e visibilidade política adotadas por Flavia Emanoela. Ao articular os relatos empíricos aos conceitos teóricos, pretende-se compreender de que forma experiências pessoais, práticas administrativas e disputas simbólicas contribuem para a consolidação de uma imagem pública feminina no espaço político local, e como essa construção revela tanto continuidades quanto rupturas nas formas tradicionais de exercício do poder.

4.1 Trajetória e performance feminina na política

A construção de uma trajetória bem-sucedida na política exige mais do que a mera vontade individual ou competência técnica. Para que essa trajetória se consolide, é preciso articular alianças, navegar por disputas internas e compreender os códigos simbólicos que estruturam o campo político. No caso das mulheres, esses desafios se intensificam, exigindo estratégias que transitem entre a reafirmação da legitimidade e a inserção em múltiplos domínios do poder. Tais domínios abrangem,

de um lado, as instâncias formais como partidos políticos, cargos eletivos e instituições administrativas e de outro, os circuitos simbólicos onde circulam prestígio, confiança e capital político. Como demonstram Rivetti e Hey (2023), a atuação feminina na política envolve mobilizar recursos relacionais e simbólicos específicos, capazes de produzir reconhecimento e conferir legitimidade às suas posições.

Ocupar essas instâncias não significa apenas estar presente, mas interferir efetivamente nas dinâmicas que definem prioridades, distribuem recursos e moldam a percepção pública sobre quem está apto para governar. Para Gonçalves e Barros (2016), o acesso das mulheres a esses territórios envolve, muitas vezes, a necessidade de se provar continuamente como merecedora das funções que exercem, enfrentando resistências tanto veladas quanto explícitas. Nessa mesma direção, Rivetti e Hey (2023) observam que, para atuar com legitimidade, as mulheres precisam “investir mais em estratégias produtoras de capital político atuante em determinado espaço e tempo” (Rivetti; Hey, 2023. p. 36),

Sob essa ótica, é relevante explorar a trajetória de Flavia Emanoela Sousa Pereira Quirino, que, ao assumir a chefia do executivo municipal em 2022 como vice-prefeita em exercício, tornou-se a primeira mulher a ocupar esse cargo no município do Congo, Paraíba, rompendo com uma lógica de 62 anos de domínio masculino sobre a política local. Sua posterior eleição em 2024, agora legitimada pelas urnas, consolidou esse rompimento simbólico, estabelecendo sua autoridade em um cenário político tradicionalmente controlado por homens. Esse percurso inicial, que alia experiências administrativas, vínculos familiares e decisões estratégicas, será aprofundado ao longo desta seção permitindo compreender como Flavia Emanoela foi se inserindo nos circuitos do poder local e consolidando sua trajetória política.

Entre os fatores que marcaram este percurso, destacam-se a motivação pessoal que impulsionou sua entrada no cenário político, não como um movimento isolado, mas como parte de uma construção simbólica e prática de sua presença pública. Ao refletir sobre sua motivação, Flavia Emanoela afirma:

Uma das principais motivações, eu acredito que é a força que a gente tem, a coragem, o foco. (...) A gente sempre tem uma determinação muito grande para fazer as coisas. E eu tive essa oportunidade de ocupar um cargo político como vice-prefeita pela primeira vez, e nesse espaço eu acredito que me deu mais força ainda para poder mostrar a capacidade que nós, mulheres, temos de estar à frente de gestões, de tomar decisões

Essa motivação de Flavia Emanoela, como ela mesma relata, nasce de uma combinação entre coragem pessoal e desejo de transformação. Sua fala transmite uma consciência clara das barreiras impostas às mulheres no campo político e, ao mesmo tempo, uma disposição para enfrentá-las. Ao destacar a força, o foco e a determinação como marcas de sua trajetória, Flavia Emanoela aponta para uma motivação que vai além do interesse individual: trata-se de uma afirmação simbólica do lugar da mulher na política, do desejo de provar, na prática, que as mulheres são tão capazes quanto os homens de conduzir uma gestão pública.

Como analisam Rivetti e Hey (2023), ao refletirem sobre a trajetória de Cristina Kirchner, a entrada e permanência das mulheres na política não se sustentam apenas em aspirações pessoais, mas demandam a mobilização de diferentes recursos sociais, familiares, culturais e simbólicos. Assim como Cristina, Flavia compreende a dimensão simbólica de sua presença e performance na política, desafiando a ordem de gênero dominante e transformando sua motivação pessoal em uma estratégia coletiva de afirmação e mudança.

A disposição de Flavia Emanoela para se engajar na política foi sendo consolidada a partir de sua experiência concreta na administração pública. Desde os primeiros anos de sua formação acadêmica em Ciências Contábeis, ela atuou em prefeituras e assumiu funções estratégicas à frente de secretarias como Saúde e Assistência Social. Essas vivências lhe proporcionaram uma compreensão aprofundada sobre o funcionamento da gestão pública e sobre o impacto direto que sua atuação poderia gerar na vida da população. A percepção de que, ao ocupar determinados cargos, era possível transformar realidades fortaleceu sua convicção de que estaria apta a conduzir um projeto político de maior alcance. Ao refletir sobre esse processo, Flavia Emanoela afirma que tais experiências lhe permitiram reconhecer sua capacidade para gerir um município, demonstrando que sua motivação para ingressar na política foi forjada no exercício cotidiano do poder, e não exclusivamente ancorada em vínculos familiares ou trajetórias convencionais.

Sob a lente de Bourdieu (1989), em *O poder simbólico*, a progressiva inserção de Flavia Emanoela no campo político revela uma forma de construção de autoridade simbólica sustentada por sua trajetória prévia na administração pública. Desde seus primeiros anos de atuação profissional, Flavia Emanoela esteve vinculada a funções em prefeituras, o que lhe proporcionou o domínio prático das regras e lógicas que estruturam esse campo específico. Essa vivência viabilizou a constituição de um

habitus afinado com os códigos do poder institucional, resultando na acumulação de capital simbólico, que, conforme Bourdieu (1989), opera como poder de reconhecimento e legitimação no espaço social. A familiaridade com a máquina pública, somada às experiências como secretária de diferentes pastas, conferiu a ela não apenas competência técnica, mas também visibilidade e autoridade reconhecida, sobretudo no contexto local. Trata-se, portanto, de um percurso que não apenas antecede sua candidatura, mas que a prepara e a credencia para a ocupação de um cargo que por anos esteve reservado aos homens.

Sua formação técnica, está longe de representar apenas um requisito formal, ela contribuiu de modo geral como um aparato para a solidificar a imagem de Flavia Emanoela como profissional capacitada e preparada para os desafios da administração pública. Nesse sentido, é importante destacar que, para as mulheres, a formação acadêmica e a experiência técnica são recursos determinantes para legitimar sua presença nos espaços políticos. Como afirma Almeida (2016), a presença da mulher na política, para ser legitimada, costuma exigir uma formação técnica que comprove sua competência e um histórico de atuação nos bastidores do poder que a qualifique para os espaços decisórios.

É inegável que o percurso profissional de Flavia Emanoela contribuiu para sua legitimidade como gestora pública; sua formação técnica e experiência administrativa ao longo da vida foram elementos importantes na construção da sua autoridade política. No entanto, tais atributos, por si só, não garantem a permanência de uma mulher no campo político, principalmente em uma estrutura tão patriarcal como é o caso da política. A inserção da mulher em cargos eletivos geralmente está condicionada a vínculos familiares com figuras masculinas já legitimadas socialmente. A trajetória de Flavia Emanoela, assim como de tantas outras mulheres que chegaram ao executivo local, revela como a mediação masculina seja por meio do pai, do marido ou de outros parentes ainda representa um canal de acesso recorrente ao poder institucional, como demonstrado por Lenkic e Guedon (2017), ao analisarem que a maioria das mulheres eleitas no Rio de Janeiro chegou aos cargos por meio de capital político herdado de figuras masculinas.

Essa lógica de acesso mediado ao campo político, no contexto de municípios do interior, está vinculada às estratégias de continuidade dos grupos familiares no poder. A presença de mulheres na política, nesse cenário, não representa uma ruptura

efetiva, mas sim uma reconfiguração interna dos mesmos circuitos de poder já estabelecidos. Como destaca Almeida (2022, p. 3):

Fazer parte de famílias com tradição política partidária é uma excelente passagem para o negócio da prática política no Brasil. A estratégia da permanência no poder está cada vez mais incluindo mulheres para ocupar cargos políticos, a fim de que o grupo não perca suas forças tradicionais na região.

No caso de Flavia Emanoela, sua inserção no espaço institucional conta com o respaldo de duas figuras centrais do cenário político local: seu pai, Manoel Marculino de Sousa, vereador por cinco mandatos consecutivos, e seu marido, Romualdo Antônio, ex-prefeito do município por dois mandatos.

Flavia cresceu em um ambiente em que a política fazia parte do seu dia a dia. Seu pai, Manoel, foi vereador por cinco mandatos e era bastante conhecido na cidade. A residência da família estava sempre cheia de eleitores, reflexo da relação próxima que ele mantinha com a comunidade. Desde pequena, Flavia Emanoela esteve rodeada por essa movimentação constante, o que lhe proporcionou um contato precoce com a vida pública. Posteriormente, ao se casar com Romualdo Antônio, médico e prefeito do município, essa conexão com a comunidade se intensificou. Romualdo assim como Manoel, também era uma figura muito querida, tanto por sua atuação profissional quanto pela visibilidade política que já possuía. Neste contexto, Flavia Emanoela esteve desde de muito jovem em constante contato com as esferas formais e informais do poder local.

Apesar da convivência intensa com o universo político desde a infância, Flavia Emanoela não considera a trajetória do pai como um fator determinante para sua entrada na política. Ao ser questionada sobre a influência de ter um pai vereador em sua decisão de ingressar na vida pública, ela afirmou em entrevista que:

Desde criança eu convivo com a política por meu pai ter sido vereador então minha casa sempre foi cheia os eleitores sempre tiveram muitos presentes dentro de casa todo dia da semana e isso vai podando você, você vai tendo um convívio que você acaba achando aquilo normal. Então por ter sido criada dentro de uma casa que tinha política também, acredito que a pessoa vai ser empolgada pra conseguir viver dessa forma, então acaba que você vai naquele caminho, não é uma decisão, é como se fosse uma trajetória que você está seguindo normalmente que vai lhe levar aquilo.

Em sua fala, Flavia Emanoela reconhece o contato cotidiano com o ambiente político, mas não o compreende como uma influência direta ou determinante sobre

sua decisão de se candidatar. No entanto, seu pai, Manoel, ao ser questionado sobre a possível influência de sua trajetória política na escolha da filha, apresenta uma perspectiva distinta. Quando indagado se, ao assumir o cargo, Flavia Emanoela teria levado em consideração os valores e a postura política que ele cultivava enquanto vereador, Manoel respondeu: “Influenciou sim, porque ela via meu dia a dia, ela via que não era fácil, não. Mas desde pequena eu tenho influência nela. Ela gostava do povo, de quando o povo chegava lá em casa, e o pessoal também gostava dela.”

O modo como Flavia Emanoela tenta afastar a ideia de influência direta da trajetória do pai sobre sua entrada na política revela uma percepção de espontaneidade que mascara, em parte, a complexidade desse processo. Ao afirmar que “não foi uma decisão” e que seguiu “normalmente” aquele caminho, ela expressa como certas vivências são naturalizadas a ponto de parecerem escolhas individuais e autônomas. No entanto, como destaca Sayão (2003), é justamente nas experiências do cotidiano e nos espaços informais, como a casa e a convivência familiar, que se produzem e reproduzem relações de poder e trajetórias marcadas por hierarquias simbólicas.

Nesse contexto, além da influência familiar, outra relação interpessoal importante na trajetória de Flavia Emanoela foi seu relacionamento com Romualdo Antônio. O relacionamento conjugal entre ambos não apenas marcou o início de uma vida a dois, mas também constituiu uma parceria política e administrativa que se aprofundou com o tempo. A convivência profissional entre os dois se intensificou após o casamento e o nascimento dos filhos do casal, momento em que Flavia Emanoela passou a contribuir diretamente com a gestão municipal. Segundo Romualdo Antônio a presença de Flavia Emanoela deu “corpo a sua gestão.”

Com o amadurecimento dessa parceria, chegou o momento de Romualdo Antônio, após dois mandatos consecutivos como prefeito (2008–2016), se preparar para tentar uma nova eleição em 2020. Ao montar a chapa para concorrer à prefeitura, ele decidiu convidar Flavia Emanoela para ser sua vice, e explicou esse processo como resultado de dois dilemas. Primeiro, ele cogitava a possibilidade de, se eleito, renunciar ao cargo em 2022 para se candidatar a deputado estadual, uma ideia ainda incerta, mas considerada. O segundo dilema envolvia a escolha do nome certo para ocupar a vice-prefeitura: alguém que estivesse preparado para assumir a gestão caso ele deixasse o cargo, mas que também não criasse tensões caso ele decidisse permanecer até o fim do mandato. Nesse cenário, Flavia Emanoela se apresentou

como o nome mais apropriado, segundo Romualdo Antônio, não apenas por sua competência técnica e envolvimento com a administração, mas também pela confiança que o grupo político já depositava nela. Como ele pontua, “ela não foi questionada pelos nossos apoiadores, porque ela tinha essa competência que estava até, me perdoe, até acima dos outros”.

A estratégia de campanha funcionou, e a chapa venceu. No entanto, Romualdo Antônio acabou optando por renunciar ao cargo em 2022, cumprindo parcialmente o cenário que havia cogitado anteriormente. Com isso, Flavia Emanoela assumiu de fato a chefia do Executivo municipal em abril de 2022. Segundo Romualdo Antônio, a transição foi tranquila, já que Flavia Emanoela já vinha desempenhando um papel ativo na gestão. Quando indagado sobre seu papel durante a gestão de Flavia Emanoela, Romualdo Antônio afirma que procurou manter-se em uma posição de apoio e não de tutela, intervindo apenas quando solicitado. “Eu interfiro o mínimo possível, porque as pessoas não gostam de estar sendo tuteladas”, afirmou, ressaltando a autonomia da prefeita. Para ele, Flavia Emanoela correspondeu à confiança depositada, tanto por sua capacidade de escuta e articulação quanto por sua proximidade com a população local, o que, em suas palavras, fortalece a legitimidade da sua atuação como gestora pública.

Figura 1- Cerimônia de renúncia de Romualdo Antônio e posse de Flavia Emanoela como prefeita interina em abril de 2022



Fonte: Blog bruno lira, 02 de abril de 2022

Mesmo não se reconhecendo como parte de uma tradição política familiar, a inserção de Flavia Emanoela na política aponta elementos que remetem a um processo de familiarização precoce com o campo político, seja pela presença constante de eleitores na casa da família, no caso de Flavia Emanoela, seja pelo prestígio e confiança acumulados por Romualdo Antônio como ex-prefeito. Essa naturalização dos vínculos pessoais e da convivência política cotidiana acaba por disfarçar a dimensão estrutural do capital simbólico herdado, operando de forma indireta na legitimação da presença feminina nos espaços de poder. Como apontam Lenkic e Guedon (2017), embora muitas mulheres não sejam herdeiras diretas de cargos, sua eleição está ligada à transferência de prestígio de figuras masculinas da família, o que reforça a ideia de uma inserção dependente e legitimada por vínculos afetivos e patriarcais.

Essa trajetória de construção de legitimidade e reconhecimento culminou em um novo desafio: disputar a eleição municipal de 2024 sem a vinculação direta do seu esposo. Nesta ocasião, Flavia Emanoela concorreu como candidata à prefeitura, agora buscando consolidar de forma autônoma sua liderança política. A vitória expressiva nas urnas, com 62,98% dos votos válidos (2.964 votos), frente ao principal adversário, que obteve 37,02% (1.719 votos), a reeleição de Flavia Emanoela tornou-se um marco de consolidação de sua imagem pública enquanto liderança legítima, capaz de transcender os vínculos familiares iniciais e afirmar uma trajetória própria no cenário político local.

O percurso político de Flavia Emanoela revela a complexidade das relações entre corpo, poder e dominação na dinâmica de inserção das mulheres na esfera pública. Embora Flavia Emanoela construa sua narrativa destacando a coragem, a competência técnica e a motivação pessoal, seu percurso evidencia a força dos circuitos simbólicos que moldam as trajetórias femininas na política local. Como aponta Sayão (2003), a reprodução das relações de poder se dá, muitas vezes, nos espaços mais cotidianos e informais, naturalizando hierarquias e legitimidades que se inscrevem nos corpos e nas práticas sociais. Nesse sentido, a convivência precoce com o universo político, o prestígio familiar herdado e a parceria com figuras masculinas consolidadas funcionaram como dispositivos simbólicos que, ainda que

não totalmente reconhecidos pela própria Flavia Emanoela, sustentaram e possibilitaram sua ascensão no campo político.

Ao mesmo tempo, a história de Flavia Emanoela na política também revela, como ressalta Sayão (2003), que os ambientes sociais e institucionais podem ser espaços de resistência e transformação. A partir do momento em que Flavia Emanoela assume a chefia do Executivo municipal, e, posteriormente, conquista sua eleição direta para o cargo de prefeita, ela rompe, ainda que parcialmente, com o circuito tradicional da sucessão masculina, afirmando uma nova presença feminina nos espaços de poder. Seu percurso ilustra que, mesmo inserida em uma lógica de reprodução simbólica masculina, as mulheres podem reconfigurar essas dinâmicas a partir da ocupação efetiva de espaços públicos, da gestão de novos capitais simbólicos e da construção de trajetórias próprias. Ao inscrever seu corpo e sua atuação na história política do município, Flavia Emanoela exemplifica como as mulheres, ao mesmo tempo em que herdaram estruturas de poder tradicionais, também podem ressignificá-las, abrindo possibilidades para novas formas de presença e de exercício político.

Figura 2 – Prefeita do congo em discurso de posse em 1 de janeiro de 2025



Fonte: Dr. Romualdo Antônio (evento político). Facebook. 01 de janeiro de 2025

4.2 O desafio de ser mulher no espaço público

Ao assumir a prefeitura do município do Congo, Flavia Emanoela foi de encontro a uma cultura política impregnada de valores patriarcais, que, muitas vezes, não se manifestavam de forma explícita, mas se faziam sentir nas atitudes e resistências silenciosas. Quando questionada sobre os desafios encontrados ao longo de sua trajetória política, especialmente em razão do fato de ser mulher, ela respondeu:

o desafio é a cultura machista que a gente tem na sociedade de tipo, a gente ser visto como inferior como incapaz como tipo assim se você estiver no mesmo patamar de um homem, você ocupa a mesma função dele, porque a gente escuta muito falar sobre isso sobre a desigualdade entre homens e mulheres e a gente só sabe que existe de fato quando a gente está na mesma posição que um homem ocupou ou que ocupa e você sente no comportamento das pessoas, o grande obstáculo é você ver as pessoas não falarem porque o preconceito não é falado você nota isso nas atitudes nas formas de pensar de como as pessoas expressam o preconceito em ter uma mulher à frente de alguma pasta ou de uma gestão, ninguém fala ah, fulano não é capaz porque é mulher mas age e tem comportamentos que demonstram que pensam dessa forma.

A fala de Flavia Emanoela expõe como a desigualdade de gênero ainda se configura como uma barreira real na política, mesmo que nem sempre se manifeste de forma escancarada. Para ela, o preconceito não surge necessariamente em comentários diretos ou acusações abertas, mas se revela em atitudes, gestos e formas de pensar que indicam resistência à presença feminina no poder. Conforme aponta Rezende (2017), além das regras formais do sistema político, são as práticas informais e silenciosas que reproduzem a desigualdade de gênero nos espaços de decisão.

Quando uma mulher ocupa o mesmo espaço que um homem, especialmente em posições de liderança, essas diferenças de tratamento tornam-se mais evidentes. Flavia Emanoela experimenta o que Rezende (2017) chama de "desigualdade institucional velada", em que o acesso formal aos cargos não garante condições efetivas de influência e respeito, tendo em vista que o preconceito se infiltra nas práticas cotidianas, dificultando o pleno exercício da autonomia feminina. O que Flavia Emanoela relata é uma expressão do preconceito silencioso que, como argumenta Rezende (2017), é um dos maiores entraves para a transformação das estruturas

políticas. Trata-se de um tipo de discriminação que muitas vezes passa despercebida por aqueles que não vivenciam essa realidade no dia a dia, mas que mina de forma constante a legitimidade e o reconhecimento das mulheres no espaço público.

Um exemplo dessa dinâmica ocorreu durante a campanha de Flavia Emanoela, quando, em uma entrevista, ela cometeu um simples erro ao mencionar o nome de um jornalista, trocando-o por outro. O comentário que se seguiu revela a profunda discriminação e o estigma que ainda recai sobre as mulheres em cargos públicos. Como Flavia Emanoela relatou:

Eu estava falando com o Júnior Queiroz e eu falei duas vezes Klebson Wanderley, que era outro jornalista. E simplesmente houve esse comentário: 'Ela deve ter um caso com ele, porque eu comentei duas vezes o nome de uma pessoa errada'. Ou seja, um comentário machista, que por um erro só de troca de nome, ele já comentou uma questão de sexualidade. Então, assim, é esse tipo de coisa que você vê que é a cultura machista.

Esse episódio ilustra a maneira como o machismo se manifesta em formas sutis, mas importantes, ao associar falhas simples a um julgamento moral e sexual. Em vez de ser tratado como um erro de comunicação, o deslize de Flavia Emanoela foi rapidamente interpretado por meio de estereótipos sexistas, tentando descreditar sua competência e associando sua autoridade à sua condição de mulher. Como aponta Perrot (2007), tais comentários revelam a persistência de uma cultura machista que transforma questões banais em pretextos para a desqualificação e a sexualização da mulher no espaço público.

Apesar de possuir uma trajetória consolidada na administração pública antes de assumir a chefia do Executivo municipal, a experiência prévia de Flavia Emanoela não foi, de imediato, reconhecida como um indicativo legítimo de sua capacidade política. Tal desvalorização foi intensificada pelo contexto em que assumiu o cargo: a renúncia de seu marido, Romualdo Antônio, contribuiu para a interpretação de que sua nomeação seria apenas uma continuidade da gestão anterior. Diante disso, o desafio de Flavia Emanoela não se restringia ao ato de governar, mas incluía a constante reafirmação de sua legitimidade, mesmo apresentando uma trajetória sólida e competência para o exercício da função.

O desafio inicial enfrentado por Flavia Emanoela, como ela mesma relatou, foi lidar com críticas e cobranças que, em sua reflexão, não foram direcionadas com a mesma intensidade a homens que ocuparam o cargo antes dela. Essa percepção é

reforçada pelo depoimento de Romualdo Antônio, seu esposo e ex-prefeito, que reconhece que ela enfrentou obstáculos mais intensos, sobretudo por ser mulher e por não contar com os mesmos atributos simbólicos valorizados socialmente, como sua profissão de médico. Ele destaca que sua posição na comunidade, marcada pelo prestígio profissional, lhe proporciona uma relação mais direta e confortável com a população, enquanto Flavia Emanoela, ao sucedê-lo, enfrentou resistências maiores.

Para além das cobranças cotidianas do exercício do mandato, Flavia Emanoela também precisou enfrentar a constante associação de sua imagem à de Romualdo Antônio, seu esposo e antecessor, o que dificultava a consolidação de uma identidade política própria. Ainda que esse vínculo tenha viabilizado sua entrada na política, ao longo da gestão ele se revelou um entrave à construção de uma trajetória autônoma. A mídia local, ao amplificar críticas e interpretações baseadas em vínculos pessoais, contribuiu para a manutenção da ideia de dependência da prefeita em relação ao ex-prefeito. Em vez de reconhecer suas ações como gestora, os veículos de comunicação reforçaram a narrativa de continuidade política e sugeriram sua suposta incapacidade administrativa, projetando assim a “sombra simbólica” de Romualdo Antônio sobre sua atuação.

Essa lógica midiática, marcada pela invisibilização das competências femininas e pela ênfase em aspectos relacionais, reforça o que Biroli (2009) identifica como uma dinâmica de exclusão simbólica das mulheres no noticiário político. Em seu artigo *Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos*, Biroli (2009) mostra que, nas revistas semanais de grande circulação, as mulheres que ocupam cargos de poder são frequentemente representadas por meio de estereótipos que desqualificam suas capacidades e reduzem suas trajetórias à exceção ou ao pertencimento familiar. No caso de Flavia Emanoela, a cobertura local reiterou esse padrão ao deslegitimar sua atuação política própria e subordinar sua imagem à de uma liderança masculina anterior. Como destacam Maciel e Balestrin (2023), esse tipo de abordagem reforça normas simbólicas de gênero que, ao serem reproduzidas de forma naturalizada pela mídia, dificultam o reconhecimento das mulheres como protagonistas legítimas, mesmo em espaços em que demonstram competência e autoridade.

A percepção da mídia como elemento ambíguo em sua trajetória é corroborada pela própria prefeita. Em seu relato, Flavia Emanoela destacou que, durante a primeira candidatura, quando ainda era oposição, a cobertura midiática foi pautada em críticas

intensas, com foco na tentativa de deslegitimação de sua imagem, sobretudo a partir da sua condição de esposa de um ex-prefeito. Essa associação recorrente entre sua candidatura e a continuidade de um projeto político do marido contribuiu para minimizar suas competências individuais e obscurecer sua experiência administrativa prévia. Conforme argumenta Biroli (2009), esse tipo de representação restringe o reconhecimento das mulheres como agentes políticos autônomos e reforça um padrão de visibilidade que valoriza a autoridade masculina como norma. Esse quadro é coerente com os achados de Maciel e Balestrin (2023), ao indicarem que o empoderamento feminino na mídia, quando existe, é condicionado por discursos simbólicos que não rompem com as estruturas tradicionais de dominação, mas apenas as ressignificam sob novas formas.

Apesar de reconhecer avanços na presença feminina na política regional, Flavia Emanoela observa que a mídia ainda sub-representa as prefeitas nas narrativas jornalísticas, mesmo em contextos nos quais as mulheres demonstram participação e compromisso institucional superiores ao de seus colegas homens. Essa dinâmica revela como a visibilidade pública das mulheres permanece condicionada a padrões de gênero que desvalorizam suas iniciativas políticas, dificultando a consolidação de uma imagem desvinculada das figuras masculinas que tradicionalmente dominam o campo político. Como pontuam Maciel e Balestrin (2023), mesmo quando as mulheres são incluídas nos discursos midiáticos, isso ocorre, muitas vezes, sem romper com os estereótipos tradicionais, o que torna sua representação limitada e insuficiente para afirmar plenamente sua autonomia e protagonismo político

A falta de reconhecimento por parte dos veículos de mídia local também foi apontada por Flavia Emanoela como um obstáculo. Mesmo diante de conquistas administrativas, a cobertura foi limitada e notadamente menos receptiva que a dedicada a políticos homens. Esse comportamento confirma o que afirma Biroli (2009): a mídia atua como uma instância que reproduz e legitima desigualdades de gênero, seja por meio da invisibilidade, seja pela representação enviesada das mulheres em posições de poder.

A dificuldade de conciliar a vida pública e a vida privada revelou-se um dos principais paradigmas enfrentados por Flavia Emanoela. Em seu relato, a prefeita descreve a sobrecarga de responsabilidades decorrente da necessidade de administrar simultaneamente as demandas da gestão municipal e as exigências da vida familiar: cuidar dos filhos, organizar a casa e manter a rotina doméstica. Essa

sobreposição de papéis , como apontam Beltrame e Donelli (2012), ultrapassa a dimensão prática da rotina, revelando-se como um conflito emocional e psicológico que atinge grande parte das mulheres que tentam conciliar maternidade e carreira. Segundo as autoras, a mulher contemporânea vive uma tensão constante entre as exigências do espaço público e as expectativas sociais que ainda a prendem ao espaço privado, o que resulta em sofrimento psíquico, sentimento de insuficiência e culpa. Essa tensão, como observa Pinto (2001), está enraizada na própria estrutura da democracia liberal, que ao longo dos anos separaram os papéis de gênero, associando o espaço público à figura masculina e o espaço doméstico à figura feminina. Assim, mesmo quando as mulheres ingressam na política, carregam consigo o peso de uma cultura que não as isenta das responsabilidades domésticas, dificultando o exercício pleno de sua cidadania política.

Essa culpa, como relatado por Flavia Emanoela, intensificou-se diante das cobranças feitas pelos próprios filhos, refletindo o impacto subjetivo desta dupla exigência. A prefeita narra que, mesmo quando se dedicava ao trabalho com empenho, sentia-se em falta com a família, vivenciando uma angústia típica da mulher que não consegue atender integralmente às demandas dos dois mundos. Tal sentimento é compreendido por Perrot (2007) como um dos efeitos mais cruéis da desigualdade de gênero, já que penaliza emocionalmente as mulheres. A esse respeito, Pinto (2001) destaca que, embora a inserção das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública tenha avançado, essa presença ainda representa uma reconfiguração simbólica da divisão sexual do trabalho. A sociedade ainda hoje continua atribuindo à mulher a responsabilidade principal pela organização da vida familiar, fazendo com que sua entrada na política represente não a substituição de funções, mas sim uma multiplicação uma exigência que recai sobre elas como um fardo invisível.

Ao relembrar o início de sua trajetória política, Flavia Emanoela evidenciou que seus planos de vida foram alterados a partir do momento em que passou a ocupar um cargo público. Seu projeto inicial era a aprovação em um concurso federal, mas a entrada na política reorientou seus caminhos e prioridades. Essa mudança ilustra como a rotina marcada pela dupla jornada que envolve, ao mesmo tempo, as demandas do trabalho público e as responsabilidades familiares interfere não apenas no presente das mulheres, mas também em seus projetos de futuro. Como apontam Beltrame e Donelli (2012), a sobreposição de papéis e a pressão para dar conta de

múltiplas funções dificultam a possibilidade de investimento pessoal contínuo, limitando o alcance de metas individuais em prol da manutenção de um equilíbrio entre os espaços da casa e do trabalho. Esse impasse, segundo Pinto (2001), revela um dos paradoxos centrais da participação política feminina: ao mesmo tempo em que as mulheres ampliam sua presença em esferas públicas de decisão, continuam sendo marcadas pelas lógicas tradicionais que estruturam o feminino no espaço privado, impedindo uma vivência plena e não penalizadora da política.

Outro desafio importante para Flavia Emanoela foi lidar com o estigma de ser mulher em uma posição de liderança pública. Como ela mesma descreve, enfrentou uma cobrança excessiva sobre seu comportamento, algo que, em sua opinião, não ocorreria com um homem. Ela relatou:

Eu enfrentei uma cobrança muito grande em cima de mim. Tipo, cobrança de comportamento, cobrança de ter que atender o telefone de fulano, de não responder mensagem. Um ataque muito forte a coisas que, se fosse um homem, isso seria muito mais fácil, mas superado. Porém, como eu era mulher, os ataques eram mais fortes. Para uma mulher, ela precisa trabalhar o dobro do que um homem trabalha. Se um homem fizer qualquer coisa, ele já está ali, como se o espaço dele fosse tranquilo. Para uma mulher, ela vai estar abaixo. Ela precisa trabalhar muito mais para estar no mesmo patamar que o homem, de reconhecimento e muitas vezes, ainda tem preconceitos

Flavia Emanoela confirma a dificuldade de ser reconhecida pela sociedade, onde as mulheres têm que se esforçar muito mais para conquistar o mesmo nível de legitimidade que os homens, um obstáculo adicional que elas enfrentam ao assumir cargos públicos. Essa experiência revela não apenas a assimetria nas expectativas sociais em relação ao desempenho de homens e mulheres na política, mas também como a presença feminina nesses espaços ainda é vista como uma exceção. Como argumentam Souto e Sampaio (2021), mesmo com os avanços formais na legislação, as estruturas sociais e culturais continuam operando em desfavor das mulheres, impondo-lhes uma lógica de sobre-esforço e vigilância constante, que não se aplica aos homens, cujas trajetórias políticas são mais facilmente legitimadas.

Além disso, o relato de Flavia Emanoela evidencia o peso das normas de gênero na avaliação da conduta política das mulheres, demonstrando como suas atitudes são constantemente interpretadas sob critérios mais rígidos do que os aplicados aos homens. Comportamentos considerados neutros ou até estratégicos em lideranças masculinas como não atender imediatamente uma ligação ou demorar a responder mensagens são atribuídos, no caso das mulheres, a traços de

desorganização, arrogância ou despreparo. Essa assimetria revela, conforme apontam Souto e Sampaio (2021), a persistência de um modelo de autoridade política construído sob uma lógica masculina, no qual as mulheres precisam não apenas ocupar os espaços de poder, mas também corresponder a expectativas idealizadas de desempenho, empatia e disponibilidade. Ao enfrentar esse tipo de cobrança, Flavia Emanoela não apenas rompe com padrões estabelecidos, mas também escancara as barreiras subjetivas que dificultam o reconhecimento da competência política das mulheres, mesmo quando legitimadas pelo voto. Trata-se de uma disputa simbólica em torno da imagem pública feminina, atravessada por preconceitos naturalizados e por uma cultura que ainda associa cargos de liderança à figura masculina.

4.3 A Construção da Imagem Pública

A imagem pública de um agente político é construída através da interseção entre discurso, símbolos e práticas. Durante sua campanha, Flavia Emanoela procurou enfatizar sua presença ativa nas obras e nos projetos sociais, utilizando as redes sociais para reforçar a proximidade com o eleitorado. Ela própria resumiu essa estratégia ao afirmar: “A gente não só cuidava do povo, a gente não só era assistencialista, mas a gente trabalhava, construía edificava as coisas e também cuidava do povo. (...) Então a gente tentou isso, mostrar trabalho e mostrar esse acolhimento”.

Esse discurso foi materializado em sua campanha pelo slogan "Trabalhando e cuidando do povo", que sintetizava a dualidade entre gestão eficiente e sensibilidade social. Para Flavia Emanoela, a construção de sua imagem pública estava diretamente ligada a entrega de resultados concretos à população, conciliando infraestrutura e políticas sociais. Neste sentido Flavia Emanoela afirma que:

a gente tanto fez obras que estruturam a cidade, de infraestrutura obras que eram necessárias como a gente também fez programas que lidam diretamente com as dificuldades da população as necessidades básicas, como é o programa Janta do Povo como é o programa a moto é sua, a gente sempre teve um olhar muito humanizado, então a gente tentou passar na campanha eleitoral essa imagem do trabalho que tipo, a gente não só cuidava do povo, a gente não só era assistencialista, mas a gente trabalhava, construía edificava as coisas e também cuidava do povo, e também tinha

esse olhar de atender as pessoas que mais precisam muito forte, então a gente tentou isso.

A presença física da prefeita em obras e eventos comunitários foi um componente central de sua estratégia de imagem. Mais do que supervisionar, Flavia Emanoela buscava demonstrar proximidade e compromisso com a gestão municipal. Como ela mesmo explica: “Se estava começando uma obra, se estava caminhando, eu sempre estava ali presente tentando mostrar isso, essa presença na parte de obras, a preocupação com a infraestrutura do município, da zona rural e da zona urbana”

Esse tipo de posicionamento reforçava a ideia de uma liderança ativa, ao mesmo tempo em que desafia o estereótipo de gênero que tende a menosprezar a atuação das mulheres nas áreas de infraestrutura e administração pública. Para ilustrar a atuação de Flavia Emanoela, em sua gestão, são apresentadas a seguir imagens que evidenciam momentos representativos de sua presença nas ações de infraestrutura, saúde e assistência social no município.

Figura 3 - Flavia Emanoela em visita a uma obra no distrito do Carmo.



FONTE: Instagram de Flavia Emanoela Sousa (flavinhasousa15),2022

Figura 4 - Inauguração da clínica veterinária popular.



Fonte: Instagram de Flavia Emanoela Sousa (flavinhasousa15),2022

Figura 5 - Encerramento do curso de costura realizado pela secretaria de assistência social.



Fonte: Instagram de Flavia Emanoela Sousa (flavinhasousa15),2022

Outro aspecto relevante na construção da imagem pública de Flavia Emanoela é sua forte associação ao contato humano e à proximidade com o eleitorado, elemento que ela própria enfatiza em sua narrativa. Ao refletir sobre as particularidades de sua atuação política, Flavia Emanoela acredita que:

por ser mulher isso ajuda, porque a gente tem mais facilidade, por exemplo, de abraçar, de beijar. A gente é mulher, a gente encontra uma pessoa, a gente beija, abraça. Isso mostra muito mais a aproximação do que a figura masculina. A gente tem mais isso. Eu acho que isso ajudou bastante

Essa dimensão afetiva da liderança feminina, expressa por meio de gestos de carinho e proximidade, relaciona-se a um padrão que, conforme Lima (2016), se

sustenta na valorização de comportamentos tradicionalmente associados às mulheres, como o cuidado, a generosidade e a acessibilidade. Esse aspecto também é ressaltado por Romualdo Antônio, que, ao comentar sobre a construção da imagem pública de Flavia Emanoela, enfatiza a naturalidade desse processo ao afirmar que:

ela é simpática, ela é bonita, fala fácil. Então, esses fatores aí, estando juntos, tornam a imagem pública muito fácil de ser construída. Porque as pessoas querem isso. Elas querem uma pessoa que tenha acesso fácil, que não crie dificuldades

A proximidade com a população, associada a traços de afetividade, também foi ressaltada por um vereador atuante, que ao analisar a imagem política de Flavia Emanoela, destaca seu compromisso e presença constante:

A imagem política da prefeita é muito boa. Ela desenvolveu um trabalho destacado como mulher, muito comprometida, presente e atuante. Em termos de obras e ações sociais, sua gestão foi marcante. Nos dois anos de mandato, ela realizou muitas obras, ampliou ações sociais e deu oportunidades de capacitação para jovens e adultos

Com base nas falas de Romualdo Antônio e do vereador, observa-se que a construção da imagem pública de Flavia Emanoela é vinculada à sua capacidade de estabelecer uma relação de proximidade e acessibilidade com o eleitorado. Ambos destacam a facilidade com que ela interage com as pessoas, um aspecto que se potencializa por meio de um estilo de liderança que combina empatia com uma forte dedicação a ações concretas. Contudo, ao adotar essas características atribuídas ao papel social da mulher na sociedade, Flavia Emanoela não se limita a reforçar expectativas tradicionais sobre o feminino. Ao contrário, ela trabalha para reafirmar sua competência política, demonstrando que, mesmo com esses atributos, é capaz de exercer uma liderança técnica e eficaz. Nesse sentido, sua atuação transcende o vínculo afetivo com a população, e busca desafiar as normas de gênero que atribuem às mulheres uma posição de subordinação ao domínio público.

Nesse contexto, a proximidade e acessibilidade que caracterizam sua imagem pública não se restringem ao contato presencial, mas também se expandem para o ambiente digital. Além do contato direto com o eleitorado, a construção da imagem pública de Flavia Emanoela também se fortaleceu por meio das redes sociais. A própria Flavia destaca essa abordagem ao afirmar que:

a gente tem uma rede social muito mais humanizada do que a oposição a gente tem uma rede social muito mais ativa que movimentava, que mostrava que inovava do que o grupo da oposição então eu acho que isso também influencia porque as pessoas gostam. Hoje em dia a rede social é muito forte então as pessoas elas também são influenciadas pela rede social se elas verem que até para a venda mesmo se um produto tem uma mídia boa, se um produto você está vendo que muita gente está curtindo compartilhando, você tem uma tendência a comprar aquele produto e não o que não tem tanto engajamento na rede social.

A percepção de Flavia Emanoela sobre o impacto das redes sociais reflete uma tendência crescente nas estratégias políticas contemporâneas, nas quais o ambiente digital desempenha um papel crucial na construção e no fortalecimento da imagem pública. Nesse sentido, a utilização estratégica dessas plataformas não apenas potencializa o alcance de sua mensagem, mas também estabelece uma comunicação mais direta e humanizada com o eleitorado. Essa abordagem, segundo Flavia Emanoela, é caracterizada pela capacidade de engajamento ativo e pela criação de uma narrativa política mais próxima e acessível, em contraste com a presença mais impessoal da oposição nas mesmas plataformas.

Além disso, ao destacar o papel das redes sociais como ferramentas influentes na dinâmica política, Flavia Emanoela sugere que a visibilidade constante e o engajamento dinâmico com o público são determinantes para aumentar a aceitação política e consolidar uma conexão mais sólida com os eleitores. Sua análise ilustra como a visibilidade digital, por meio do compartilhamento e da interação, pode ser um reflexo de uma estratégia de comunicação eficaz, comparável aos métodos tradicionais de marketing. O fenômeno, portanto, não se limita à amplificação de uma mensagem política, mas também à criação de uma identidade pública que se alinha com as expectativas da sociedade contemporânea, especialmente em um contexto onde a comunicação digital assume um papel central na legitimação das lideranças políticas.

A consolidação da imagem pública por meio das redes sociais insere-se em um contexto mais amplo de reconfiguração das dinâmicas de visibilidade e reconhecimento político. Como observa Biroli (2011, p. 73), “o fato de que a mídia coloca em circulação um grande número de informações e, portanto, insuficientes para o que se afirmar, potencializa uma constelação plural de representações da vida social”. Nesse sentido, as plataformas digitais não apenas ampliam o acesso à informação, mas também transformam a forma como lideranças políticas constroem e controlam sua própria narrativa, reduzindo a intermediação dos veículos tradicionais

de comunicação. No caso específico das mulheres na política, esse fenômeno adquire uma importância ainda maior, uma vez que possibilita a criação de uma presença pública menos sujeita às barreiras impostas pelos meios convencionais, historicamente marcados por uma perspectiva masculina.

A estratégia de comunicação de Flavia Emanoela nas redes sociais, que visava ampliar seu alcance e engajamento com o eleitorado, não apenas contribuiu para consolidar sua imagem pública, mas também teve um impacto direto e significativo na campanha eleitoral. O reflexo dessa estratégia ficou evidente na forma como Flavia Emanoela conseguiu alterar sua imagem política ao longo do processo eleitoral. Como ela própria compartilhou, “antes, quando fui candidata à vice, minha rejeição era muito maior, mas depois as pessoas começaram a ver o meu trabalho, e a minha imagem ficou muito mais leve”. Este depoimento ilustra como a dinâmica da aceitação pública de uma mulher na política está associada à necessidade de uma trajetória de validação constante, em que sua competência e liderança devem ser reiteradamente demonstradas.

As redes sociais, portanto, funcionaram como um espaço para o fortalecimento da imagem de Flavia Emanoela, permitindo que ela rompesse as barreiras impostas pela mídia tradicional. Inicialmente, sua candidatura e liderança política foram distorcidas pelas representações midiáticas, que insistiam em associar sua identidade política ao seu relacionamento conjugal. Flavia Emanoela lembra, “a mídia tentou influenciar negativamente, jogando contra a gente. Na época da candidatura, bateram muito na questão de que eu era esposa de Romualdo”. Esse tipo de abordagem, ao focar nas relações familiares em detrimento da competência política, é uma tática recorrente na cobertura da política feminina, em que as mulheres são desacreditadas ou desvalorizadas por serem associadas aos papéis tradicionais de esposa e mãe.

A consolidação da imagem pública de Flavia Emanoela ocorreu em um processo que combinou presença territorial e estratégia digital, refletindo um modelo de liderança que buscou equilibrar proximidade com os eleitores e controle da narrativa política. Sua atuação foi marcada pela adoção de um estilo de governança acessível e participativo, o que reforçou sua identidade política. Como observa Perrot (2017), a presença feminina na esfera pública muitas vezes exige a adoção de estratégias que minimizem resistências e demonstrem legitimidade, uma vez que as mulheres ainda enfrentam a necessidade constante de validação em espaços tradicionalmente masculinos. No caso de Flavia Emanoela, esse reconhecimento foi

gradualmente conquistado à medida que sua administração demonstrava eficiência e inovação, descolando-se da imagem inicial atrelada à relação conjugal.

Paralelamente, a disputa simbólica pela aceitação de sua liderança também se manifestou na tentativa da oposição de desqualificar sua trajetória. O embate nas redes sociais, no entanto, evidenciou a solidez de seu engajamento digital como ferramenta de afirmação política. A construção da narrativa sobre sua gestão não se limitou ao discurso institucional, mas se fortaleceu por meio da interação direta com a população, ampliando sua legitimidade e reduzindo os impactos das tentativas de deslegitimação. Como aponta Biroli (2011), a mediação política feita pelas plataformas digitais permite que lideranças femininas criem espaços próprios de reconhecimento, reduzindo a intermediação dos veículos tradicionais, que frequentemente reproduzem enquadramentos limitadores sobre a atuação das mulheres na política.

O resultado desse processo foi a ressignificação da imagem pública de Flavia Emanoela, que deixou de ser vista como uma extensão do capital político de terceiros e passou a ser reconhecida por sua gestão própria. Essa mudança se reflete no impacto gerado na percepção da população sobre a sua liderança, contribuindo para um aumento na aceitação de sua candidatura e na ampliação da participação feminina no cenário político local. Dessa maneira, sua trajetória ilustra como a construção da imagem pública de mulheres na política ainda passa por processos de resistência e reconfiguração, nos quais a atuação prática precisa constantemente superar narrativas que as condicionam a papéis secundários na esfera pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que relatar como foi construída a imagem pública de uma mulher na política, este trabalho buscou compreender o que essa trajetória revela sobre a lógica do poder no interior do Nordeste. O caso de Flavia Emanoela expõe as formas como a presença feminina na política é impactada por disputas simbólicas, validações externas e tensões entre o novo e o tradicional. Sua atuação revela que a conquista de um cargo não elimina os filtros de gênero que seguem influenciando o modo como as mulheres podem ou devem ocupar o espaço público. A imagem que ela construiu e que foi socialmente aceita exigiu equilíbrio constante entre autoridade e cuidado, firmeza e afeto, liderança e escuta.

O que está em jogo não é apenas o acesso das mulheres ao poder, mas os códigos que definem quem pode ser reconhecido como legítimo nesse espaço. A experiência de Flavia Emanoela mostra que ainda é preciso negociar esse reconhecimento o tempo todo. E mais: mostra que, para além das vitórias eleitorais, o verdadeiro desafio está em reconfigurar o modo como a política é imaginada, narrada e praticada. Nesse sentido, sua trajetória nos ajuda a enxergar tanto os avanços quanto os limites da presença feminina no poder local e, sobretudo, a entender que romper com a margem não significa, por si só, estar no centro.

Ao ocupar um espaço, Flavia Emanoela não apenas precisou provar sua competência ela precisou justificar sua presença. Diferente dos homens, cuja legitimidade é quase sempre presumida, mulheres que assumem cargos de poder enfrentam uma cobrança permanente por desempenho, postura e imagem. Cada gesto seu foi observado, interpretado e enquadrado dentro de expectativas de gênero que ainda regem a política local. A sua presença incomodou não por incompetência, mas por desorganizar uma ordem estabelecida, onde o comando político é uma extensão quase natural da masculinidade.

Mais do que vencer uma eleição, Flavia Emanoela precisou transformar sua figura em algo aceitável para um eleitorado que, em parte, ainda resiste à autoridade exercida por mulheres. Essa adaptação, no entanto, não foi passiva. Sua atuação mostra uma capacidade de deslocamento: ao mesmo tempo em que responde às pressões do meio político tradicional, também reposiciona o lugar da mulher no poder. Esse movimento entre ceder e tensionar é, talvez, a maior força da sua trajetória e o

que torna esse caso tão revelador sobre o que significa ser mulher e ser líder num contexto marcado pela continuidade de práticas patriarcais.

Flavia Emanoela não rompeu com todas as barreiras, mas fez com que elas ficassem mais visíveis. Sua presença na prefeitura do Congo não resolve as desigualdades de gênero na política, mas contribui para desestabilizar o senso comum que ainda associa poder a masculinidade. Ao mesmo tempo em que precisou se adaptar ao jogo político, ela também o reconfigurou ainda que de forma sutil. E é justamente nessa sutileza que reside a força da sua trajetória: ao ocupar, questionar e permanecer, ela abriu frestas por onde outras mulheres poderão passar.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Victória Beatriz Silva. **A política também é coisa de mulher**: participação feminina no legislativo e executivo no município de Monteiro- Paraíba. 2021. 53f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/19337>

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. Mulheres na política: presença e ausência nos âmbitos do poder. In: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade (org.). **Gênero e política: a disputa das mulheres por espaços de poder**. Campina Grande: EDUEFCG, 2016. p. 139–164. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/42144>

ALMEIDA, C. R. A herança familiar na política partidária: narrativos de mulheres-prefeitas da Paraíba. **Revista MEP**, Curitiba, v. 8, n. 2, 2022.

ARAÚJO, C. Gênero e política no Brasil: a construção de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, p. 85-109, 2009.

ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, p. 23-59, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Clara. Violência política de gênero no Brasil: uma nova perspectiva para a análise da sub-representação feminina. **Cadernos Pagu**, n. 55, 2019.

ARISTÓTELES. **La politique**. Tradução de J. Tricot. Paris: Vrin, 1982.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, 2001.

AVRITZER, Leonardo. Democratização e representação: o impacto da institucionalização da participação sobre o sistema político brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 25-41, 2012.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. **Maternidade e carreira**: desafios frente à conciliação de papéis. Aletheia, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, maio/dez. 2012.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flavia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 549-562, 2009.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015.

BIROLLI, Flavia. Mídia e tipificação em exercício do poder, a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner – 11^a ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre.. **Sobre a televisão**. Tradução Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOURDIEU, Pierre.. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BRASIL. Congresso Nacional. **Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal**; Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. **Mais mulheres na política**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Senado Federal, Câmara dos Deputados, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CABRAL, Filipe. Número de mulheres eleitas aumenta: São 54 prefeitas, 45,9% a mais que em 2020; já para vereadora, 452 candidatas tiveram êxito no estado. **Jornal da União**, 8 out. 2024. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/numero-de-mulheres-eleitas-aumenta Acesso em: 5 maio 2025

CARNIEL, F.; RUGGI, L.; RUGGI, J. O. Gênero e humor nas redes sociais da campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. **Violência política de gênero e a participação de mulheres na política. 2023**. 123 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2023.

FERREIRA, Vanderlânia Crislany da Silva; BRASILEIRO, Cyntia Carolina Beserra; ALVES, Iáscara Gislene Cavalcante. Protagonismo feminino no Rio Grande do Norte: um estudo de caso sobre candidaturas femininas ao cargo de governadoras. **Revista Inter-Legere**, v. 7, n. 40, 2024

FERREIRA, Vanderlânia Crislany da; SILVA, Caroline; BRASILEIRO, Cyntia Carolina. UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ELEIÇÕES DE 2024 NO NORDESTE BRASILEIRO. **Revista NEP** - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 20–42, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/97916>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FLAVIA: **Postagem em vistida de obra**.Instagram: @flavinhasousa15. 2022.

Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CfVSZSyOFKx/?img_index=3&igsh=dmJkZ2JzM3o3Nzk1 , Acesso em: 01 jan 2025

FLAVIA EMANOELA: **Postagem de enceramneto do curso de**

costura:@flavinhasousa15. 2022. Disponível em:

[tps://www.instagram.com/p/CfbfVd1O42L/?igsh=NGY0NTFsMzhkN293](https://www.instagram.com/p/CfbfVd1O42L/?igsh=NGY0NTFsMzhkN293), Acesso em: 01 jan 2025

FLAVIA: **postagem da inauguracao da clinica veterla**: @flavinhasousa15. 2023.

Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CsHHBW-](https://www.instagram.com/p/CsHHBW-u82z/?igsh=MXc4YWV1MGtyZGJiaQ==)

[u82z/?igsh=MXc4YWV1MGtyZGJiaQ==](https://www.instagram.com/p/CsHHBW-u82z/?igsh=MXc4YWV1MGtyZGJiaQ==) , Acesso em: 01 jan 2025

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, Marilene; BARROS, Dedre. Mulheres no Executivo local: o caso do Ceará/Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 489-502, maio/ago. 2016

GOUVEIA, Andréa Carla Soares. **A representação feminina no poder legislativo municipal no Cariri Paraibano**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Sumé - PB, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores**

sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero>. Acesso em: 01 fev 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

Demográfico 2022: Congo - PB. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/congo.html>. Acesso em: 01 fev 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD**

Contínua: indicadores trimestrais – 2º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD**

Contínua: indicadores trimestrais – 3º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/.../pnadc_202403_trimestre_caderno.pdf. Acesso em: 8 dez 2024.

JEVOUX, Alice Beraldo. **Prefeitas no Sul de Minas Gerais: como estruturas sociais afetam as dirigentes do poder executivo**. 2018. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS, Varginha, 2018.

LENKIC, Manuela; GUEDON, Philippe. A representação feminina no Rio de Janeiro: a influência do capital político herdado no sucesso eleitoral. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 23, p. 193-208, 2017

LIMA, E. C. A. Aparição dos boatos nas campanhas eleitorais brasileiras. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, 2012, p. 94-111

LIMA, E. C. A. **Gênero e política: a disputa das mulheres por espaços de poder**. **Campina Grande**, EDUFPG, 2016, p. 514

LIMA, E. C. A. Interseções entre cultura, mídia e política: o uso das redes sociais na campanha de Dilma Rousseff em 2010. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1. 2012, p. 94-111.

LIMA, E. C. A.; NASCIMENTO, A. P. G.; PONTES, C. C. **A disputa e a subrepresentação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembleia Legislativa da Paraíba**. *Revista NEP*, Curitiba, v.2, n.2. 2016, p. 299-333

LIMA, M. S. **Mulheres na política no interior do Brasil: clientelismo e desafios da inserção feminina**. In: SARTI, Cynthia. (Org.). *Gênero e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011

LIRA, B. **Flavia Quirino, assume Prefeitura do Congo e entra para a história como primeira prefeita**. Blog Bruno Lira, 2 abr. 2022. Disponível em: <https://www.blogdobrunolira.com.br/2022/04/02/Flavia-quirino-assume-prefeitura-do-congo-e-entra-para-historia-com-primeira-prefeita/>. Acesso em: 01 jan 2025

MACIEL, G. S. T.; BALESTRIN, V. A. A sombra simbólica de um ex-prefeito: a construção da imagem pública da mulher na política local. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 6, e2391, p. 1–19, 2023

MATOS, M. **Feminismos e política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. **Gênero, comportamento político e representação: mulheres na elite política brasileira**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, 2008.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar**. São Paulo: Liberars, 2016

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminine. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, ago./set. 1989.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottamann. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 98–112, maio 2001

QUEIROZ, Junior. **No Congo, Flavia Quirino é escolhida como companheira de chapa de Dr. Romualdo Antônio**. Paraíba Mix. 6 set. 2020. Disponível em: <https://www.paraibamix.com.br/no-congo-Flavia-quirino-e-escolhida-como-companheira-de-chapa-de-dr-Romualdo-Antonio/>.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet: a comunicação mediada pelo computador**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

REZENDE, Daniela Leandro. **Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1199–1218, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18069584.2017v25n3p1199>. Acesso em: 03 de fev 2025.

RIVETTI, Jéssica Mayara de Melo; HEY, Ana Paula. **Mulheres políticas: estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por Cristina Kirchner**. Tempo Social, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 33-57, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.216541>. Acesso em: 08 jan; 2025

ROMUALDO . **Evento político Posse de Flavia Emanoela 2025**. Facebook: Romualdo Antônio Prefeito. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/19a1CxAcV/> Acesso em: 01 jan, 2025.

ROSALDO, Michelle. **Mulher, cultura e sociedade**. Stanford: Stanford University Press, 1974

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Cristiano Lange dos; FURLANETO, Cláudia Caim. **Participação feminina na política: exame da Lei nº 12.034/2009 e a previsão de cotas de gênero**. R. I. L. Brasília, v. 56, n. 223, jul./set. 2019, p. 191-211.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121–149, jan./jun. 2003.

Schwindt-Bayer. **Political Power and Women's Representation in Latin America**. Oxford: Oxford University Press. L. A. (2010)

SCOTT, Joan W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SILVA, Anaísa Borges da. **Rumor e gênero e política em Cabo Verde: a circulação de rumores e a construção da imagem da mulher no processo de ascensão e ocupação de altos cargos nas estruturas do Estado**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Ariane Alves da. **“Elas por elas”: a representação feminina no legislativo dos Municípios de Sumé e Monteiro - PB**. 2018. 65 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Sumé - PB, 2018

SILVA, Leandra Bento. **A inserção da mulher na política: uma luta contra a hegemonia**. In: LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade (org.). *Gênero e política: a disputa das mulheres por espaços de poder*. Campina Grande:EDUEFCG, 2016. p. 165–184.

SILVA, Márcia da. **Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil**. *Sociedade & Natureza, Uberlândia*, v. 20, n. 2, p. 69-78, dez. 2008

SOUTO, Luana Mathias; SAMPAIO, José Adércio Leite. **Mulher e voz: os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos**. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis*, v. 42, n. 88, 2021

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do Eleitorado**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>.

WEBER, Max. **A política como vocação**. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ANEXOS

ANEXOS 1

ROTEIRO ENTREVISTA FLAVIA EMANOELA

1. Experiência e Motivação Política

- Quais foram suas principais motivações para entrar na política e se candidatar ao cargo de prefeita?
- Como a sua experiência prévia influenciou sua decisão de se candidatar?
- Quais desafios você encontrou ao longo de sua trajetória política?
- O fato do seu pai ter sido vereador, influenciou sua escolha de entrar para a disputa política?

2. Construção da Imagem Pública

- Como você descreve a imagem pública que tentou construir durante sua campanha?
- Quais foram as principais estratégias de marketing político que você utilizou para moldar sua imagem?
- Como você escolheu os temas e as mensagens centrais de sua campanha?
- Você acredita que sua imagem foi bem recebida pelo público? Por quê?

3. Percepção da Mídia e Reação do Público

- Como você avalia a cobertura da mídia sobre sua candidatura e administração?
- Quais foram os principais pontos positivos e negativos mencionados pela mídia?
- Como você reagiu às críticas e aos elogios da mídia?
- Qual foi a reação geral do público em relação à sua candidatura e sua administração até agora?

4. Desafios Relacionados ao Gênero

- Você enfrentou algum desafio específico relacionado ao fato de ser mulher em uma posição de liderança política?
- Como os estereótipos de gênero influenciaram sua experiência política e as percepções sobre você?
- Quais foram as principais barreiras que você encontrou devido ao seu gênero?
- Você recebeu apoio de outras mulheres ou de grupos de apoio feminino?

5. Impacto e Resultados da Campanha

- Quais foram os principais resultados e impactos de sua campanha eleitoral no município?
- Você acredita que a sua candidatura trouxe alguma mudança significativa na forma como a política é vista no Congo?
- Como você mediu o sucesso de sua campanha e a eficácia das suas estratégias de marketing político?

6. Visão e Futuro

- Como você planeja continuar construindo e mantendo sua imagem pública durante seu tempo no cargo?

ANEXO 2

ROTEIRO ENTREVISTA ROMUALDO ANTÔNIO (EX. PREFEITO E ESPOSO)

1. Apoio e Participação na Carreira

- Qual foi o seu papel no início da carreira política de sua esposa?
- De que maneira você a apoiou durante a sua trajetória como vice-prefeita e, agora, como prefeita?
- Como você lidou com a transição dela de vice-prefeita para prefeita, considerando que você também já ocupou o cargo de prefeito?

2. Construção da Imagem Pública

- Como você percebeu a evolução da imagem pública da sua esposa ao longo dos anos? Ela sempre teve interesse em política ou isso se desenvolveu ao longo do tempo?
- Na sua opinião, quais foram os fatores mais importantes para a construção da imagem política dela?
- Houve momentos em que sua própria trajetória política influenciou ou colaborou para a imagem dela? Como você vê essa intersecção?

3. Desafios e Estereótipos de Gênero

- Você acredita que sua esposa enfrentou mais desafios na política por ser mulher? Se sim, como você viu esses obstáculos sendo superados?
- Houve momentos em que vocês, como casal político, enfrentaram estereótipos de gênero ou críticas específicas à sua relação de poder?

4. Percepção do Público e Mídia

- Na sua percepção, como a mídia retratou sua esposa durante suas campanhas e gestão? O tratamento foi diferente em comparação ao que você recebeu enquanto era prefeito?
- Como você percebe a receptividade do público em relação à sua esposa como prefeita, especialmente considerando o histórico político da sua família?

5. Dinâmica Pessoal e Profissional

- Como vocês equilibraram a vida familiar com o envolvimento político de ambos? Houve momentos em que vocês discutiram decisões políticas importantes juntos?
- Que conselho você daria a outros casais que compartilham uma vida pública e política tão intensa?

6. Visão para o Futuro

- Como você enxerga o futuro político da sua esposa? Ela sempre esteve alinhada com os ideais que a levaram a ser prefeita ou você vê esse papel evoluindo ao longo do tempo?
- Quais são suas expectativas para a gestão dela, e como você espera contribuir para o sucesso contínuo de sua liderança?

ANEXO 3

ROTEIRO ENTREVISTA MANOEL (PAI DA PREFEITA)

1. Experiência Política e Legado

- Como o senhor avalia sua trajetória de cinco mandatos consecutivos como vereador? Quais foram os principais desafios e conquistas ao longo desse período?
- Quais aprendizados de sua extensa carreira política o senhor transmitiu para sua filha?
- Como o senhor enxerga o impacto do seu legado político na carreira e imagem pública da sua filha?

2. Apoio e Influência na Carreira da Filha

- De que forma o senhor contribuiu para a decisão da sua filha de entrar na política e se candidatar a vice-prefeita e, posteriormente, a prefeita?
- O senhor considera que sua experiência como vereador ajudou a construir a imagem pública da sua filha? De que forma?
- Quais valores e princípios políticos o senhor procurou incutir nela ao longo da carreira?

3. Transição de Gerações na Política

- Como o senhor vê a transição do seu papel como vereador para o da sua filha como prefeita? Existe uma continuidade política ou houve uma mudança de visão e estilo de liderança?
- Em que medida o senhor acredita que a presença da sua família na política contribuiu para as expectativas e a pressão sobre sua filha enquanto líder?
- O senhor acredita que o contexto político mudou desde que o senhor começou sua carreira como vereador? Quais são as principais diferenças que identifica entre sua época e a gestão da sua filha?

4. Desafios e Oportunidades

- Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pela sua filha no processo de construir sua própria imagem política, desvinculada ou complementada pela sua carreira?
- De que maneira o senhor acredita que a experiência de gestão municipal, tanto sua como da sua filha, pode beneficiar o futuro político da cidade?
- O senhor enxerga a possibilidade de outros membros da sua família seguirem na política? Como avalia a continuidade do legado familiar na política local?

5. Contribuições e Expectativas

- Como o senhor vê o futuro da política no município, considerando as transformações pelas quais passou durante seus mandatos e a atuação de sua filha como prefeita?
- O senhor tem algum conselho para outros pais que, como o senhor, acompanharam seus filhos seguindo os passos na vida política?
- Qual é a maior contribuição que o senhor espera ter deixado para a política local, e como isso se reflete na gestão da sua filha?

ANEXO 4**ROTEIRO ENTREVISTA VEREADOR****1. Avaliação da Imagem Política**

- Como você avalia a imagem política da prefeita em comparação à imagem construída por seu marido quando ele era prefeito?
- Em sua opinião, o fato de ela ser esposa de um ex-prefeito influenciou a forma como ela foi recebida pela comunidade?
- Você acredita que a prefeita tem autonomia em suas decisões ou sua imagem política está diretamente associada ao legado de seu marido?

2. Gênero e Liderança

- Na sua visão, o fato de a prefeita ser mulher influencia a maneira como ela lidera e toma decisões em comparação com os prefeitos anteriores?
- Como você percebe a receptividade da comunidade em relação a uma mulher no cargo de prefeita, especialmente considerando que ela é esposa de um ex-prefeito? Há resistências ou aceitação maior por conta disso?

3. Desafios e Estereótipos de Gênero

- Você acredita que a prefeita enfrenta estereótipos de gênero em sua gestão? De que maneira isso influencia sua eficácia política?
- Em sua opinião, ser esposa de um ex-prefeito trouxe benefícios ou desvantagens para sua imagem pública e para sua liderança?
- Você considera que a prefeita conseguiu se estabelecer como uma líder independente ou que sua identidade política está ligada a um papel de "esposa de ex-prefeito"?

4. Comparação com Prefeitos Anteriores

- Como você compara o desempenho da prefeita com prefeitos anteriores, especialmente em termos de liderança, influência e tomadas de decisão? Acha que há uma diferença clara devido ao gênero?
- Na sua visão, o histórico familiar na política local afeta a capacidade da prefeita de ser vista como uma líder por mérito próprio, ou isso diminui sua credibilidade?

5. Políticas Voltadas para Gênero

- Você acha que a gestão da prefeita tem sido eficaz na promoção da igualdade de gênero no município? De que forma isso tem sido visível ou não na prática?
- Como a oposição enxerga as políticas da prefeita voltadas para o empoderamento de mulheres? Elas têm sido suficientes ou há críticas sobre sua implementação?